



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO/
MODALIDADE PROFISSIONAL (PPGE/MP)

WILMA MIRANDA DA CRUZ

INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE DE
BRASÍLIA NA PERSPECTIVA DE ESTUDANTES COM
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS

BRASÍLIA

2022

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CAMPUS DARCY RIBEIRO

**INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE DE
BRASÍLIA NA PERSPECTIVA DE ALUNOS COM
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS**

Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação – Modalidade Profissional (PPGE- MP), para obtenção do grau de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Olivio Ravagni Nicolini

BRASÍLIA
2022

**INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
NA PERSPECTIVA DE ESTUDANTES COM NECESSIDADES
EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS**

Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília,
como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação Modalidade
Profissional (PPGE-MP), para obtenção do grau de mestre.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Eduardo Olivio Ravagni Nicolini (Orientador)
Faculdade de Educação - UnB

Prof^a. Dra. Ana Costa Polonia
Unieuro

Prof^a. Dra. Alia Maria Barrios Gonzalez
Faculdade de Educação - PPGE - MP - UnB

Prof^a. Dra. Gabriela Sousa de Melo Mieto
Instituto de Psicologia - IP - UnB

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos aqueles que caminharam comigo rumo a conquista deste desafio. Desafio que não foi fácil! Houve momentos em que pensei em desistir, tive medo, me senti impotente, insegura, mas que, graças a Deus, cheguei até aqui.

Minha gratidão ao meu orientador que nunca desistiu de mim, segurou minha mão em todos os momentos e compartilhou comigo seu tempo e sua grandiosa experiência. Não posso deixar de expressar gratidão as minhas colegas do grupo de orientação, Odara, Priscila, Danielle e Júlia por terem compartilhado comigo conhecimento, experiência, mas também, a ansiedade e a certeza da vitória.

À minha família, aos meus pais, irmãos, namorado, amigos que compreenderam minha ausência e emanaram energia positiva. Ao meu grande amigo Daniel Gomide que me ajudou com seu grande conhecimento e sabedoria e que me incentivava todos os dias, além de me substituir no trabalho quando não pude comparecer.

Aos membros da banca que dispensaram um pouco do tempo para a partilhar comigo da concretização dessa etapa. Enfim, gratidão a Deus por me permitir chegar até aqui, porque até aqui me sustentou o Senhor.

MUITO OBRIGADA!!!

*“O período de maior ganho em conhecimento e
experiência é o período mais difícil da vida de
alguém.”*

Dalai Lama

RESUMO

Considerando o crescimento de estudantes com necessidades educacionais específicas (doravante identificados no texto como ENEE's) ingressantes na Educação Superior, o presente trabalho buscou desvelar a percepção do estudante com necessidades educacionais específicas no que tange à acessibilidade e mobilidade no Campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília. O estudo investigou quais as perspectivas dos ENNE's, em relação às medidas adotadas pela Universidade de Brasília (UnB) para o rompimento das barreiras de acessibilidade presentes no cotidiano acadêmico. O estudo se caracteriza como pesquisa qualitativa, com base fenomenológica e teve como fundamentação teórica os pressupostos do modelo bioecológico de Urie Bronfenbrenner. Esse modelo enfatiza o desenvolvimento humano como uma função conjunta de dois fatores, características individuais (pessoa) e o ambiente no qual a pessoa em desenvolvimento está inserida direta ou indiretamente. A etapa de levantamento de dados contou com a participação de 05 (cinco) ENNE's, cadastrados na Diretoria de Acessibilidade da UnB (DACES), matriculados em 04 cursos de graduação. Para a coleta de dados foram aplicadas entrevistas semiestruturadas, via remota, na plataforma *Teams*. As questões foram elaboradas a partir de 03 (três) eixos temáticos, os quais baseiam-se nos cinco aspectos de acessibilidade definidos pela Política de Acessibilidade da UnB (cf. artigo 2º, incisos I a V, da Resolução do Conselho de Administração n.0050/2019). Os cinco aspectos supracitados são: i) arquitetônico; ii) transportes; iii) de comunicação e informação; iv) atitudinal e v) pedagógico e da vivência acadêmica do estudante. O resultado do estudo propiciou a elaboração de uma proposta de inserção de uma 'Cláusula garantidora' na Resolução do Conselho de Administração n.0050/2019. O teor da Cláusula prevê a participação dos ENNE's, mediante manifestação, como membro consultivo nos colegiados da UnB, garantindo representatividade e participação de um grupo minoritário em órgãos colegiados deliberativos. Essa Cláusula tem como sustentáculo a gestão democrática, princípio da educação que norteia, dentre outros fatores, a relação professor-aluno/aluno-professor, abrindo assim o diálogo para a construção de modelos mais equitativos no âmbito dos processos consolidados na prática do binômio Ensino-Aprendizagem. Como resultado do estudo, na percepção geral ENEE'S, a Universidade é acessível e inclusiva, contudo ainda existe obstáculos a ser superados. As barreiras atitudinais representam um dos obstáculos de maior impacto para o desenvolvimento do estudante durante o percurso acadêmico.

Palavras-chave: Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas; Inclusão; Acessibilidade; Mobilidade.

ABSTRACT

Considering the growth of students with specific educational needs (hereinafter identified in the text as ENEE's) entering Higher Education, the present work sought to highlight how, in the perception of these students, accessibility and mobility are realized, in the context of the University of Brasília, specifically within the Darcy Ribeiro Campus. The study investigated the perspectives of the ENNE's, in relation to the actions adopted by the University of Brasília (UnB) for the breaking of accessibility barriers present in the academic daily life. The study is characterized as qualitative research, based on phenomenological and had as theoretical foundation the presupposed of the bioecological model of Urie Bronfrenbrenner (1996). This model emphasizes human development as a joint function of two factors, individual characteristics (person) and the environment in which the developing person is inserted directly or indirectly. The data collection stage had the participation of 05 (five) ENNE's, registered in the Accessibility Directorate of UnB- DACES, enrolled in 04 undergraduate courses of Un. In order to collect data semi-structured interviews were conducted remotely on the Teams platform. The questions were elaborated from 03 (three) thematic axes, which are based on the five accessibility aspects defined by UnB's Accessibility Policy (see Article 2, item I to V, of Resolution of the Conselho de Administração n.0050/2019). The five aspects mentioned above are: i) architectural; (ii) transport; iii) communication and information; iv) attitudinal and v) pedagogical and the academic experience of the student. The result of the study led to the elaboration of a proposal to insert a "Guarantee clause" in the Resolution of the Conselho de Administração n.0050/2019. The content of the Clause provides for the participation of the ENNE's, through expression of interest in participating as an advisory member in UnB's collegiates, ensuring representativeness and participation of a minority group in deliberative collegiate bodies. This Clause has as support the democratic management, principle of education that guides, among other factors, the teacher-student/student-teacher relationship, thus opening the dialogue for the construction of more equitable models within the framework of processes consolidated in the practice of the Teaching-Learning binomial. As a result of the study, in the general perception of ENEE'S, the University is accessible and inclusive, however there are still obstacles to be overcome. Attitudinal barriers represent one of the obstacles with the greatest impact on student development during the academic path.

Keywords: People with Specific Educational Needs; Inclusion; Accessibility; Mobility.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Número de ingressos em curso de graduação por modalidade de ensino 2010-2020.....	11
Figura 2 - Número de matrículas em curso de graduação de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação - Brasil 2009-2019.....	12
Figura 3 - Modelagem operacional.....	30

QUADROS

Quadro 1 - Resumo de revisões literárias.....	33
Quadro 2 - Perfil dos participantes.....	39
Quadro 3 - Instrumentos de coleta de dados.....	40
Quadro 4 - Apresentação dos eixos e perguntas.....	41
Quadro 5 - Unidade de Significado.....	45

ABREVIATURAS E SIGLAS

CAD	Conselho de Administração
CEF	Constituição Federal
CEPE	Conselho de Ensino e Pesquisa
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONADE	Conselho Nacional de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
DAC	Decanato de Assuntos Comunitários
DACES	Diretoria de Acessibilidade
DF	Distrito Federal
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ENEE	Estudante com Necessidades Educacionais Específicas
IES	Instituições de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MS	Ministério da Saúde
P1	Participante 1
P2	Participante 2
P3	Participante 3
P4	Participante 4
P5	Participante 5
PCD	Pessoas com Deficiências
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE	Plano Nacional de Educação
PPNE	Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais PPNE
PPPI	Projeto Político Pedagógico Institucional
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UnB	Universidade de Brasília
	Vice-Reitoria (Caso decida manter a lista de sigla, estão faltando algumas,
VRT	por exemplo, TEA.TEF.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1. OBJETIVOS	16
1.1.1. Objetivo Geral	16
1.1.2. Objetivos específicos	16
1.2. JUSTIFICATIVA	17
1.3. INTINERÁRIO DA PESQUISA	18
1.3.1. Fundamentação teórica	18
1.3.2. O caminho metodológico	18
1.3.3. Análise de dados	19
1.3.4. Produto técnico	20
2. REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1. CONTORNOS NORMATIVOS DA ACESSIBILIDADE E DA INCLUSÃO SOCIAL	21
2.2. POLÍTICAS DE INCLUSÃO DESENVOLVIDAS PELA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	22
2.3. CONCEITOS RELATIVOS À ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE QUE FUNDAMENTAM A INCLUSÃO SOCIAL DOS ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIFICAS, NA UNB	25
2.4. TEORIA BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	29
2.5. REVISÃO LITERÁRIA SOBRE A INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR	33
3. CAMINHO METODOLÓGICO	36
3.1. LOCUS DA PESQUISA	37
3.2. PARTICIPANTES DA INVESTIGAÇÃO	38
3.2.1. Primeira etapa: seleção dos participantes	38
3.2.2. Segunda etapa: entrevista	39
3.3. INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS	40
3.4. ESTRUTURA DA ENTREVISTA	40
3.5. JUSTIFICAÇÃO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	42
4. DISCUSSÃO E RESULTADOS	46
5. PRODUTO TÉCNICO	50
5.1. Modelo do documento da Cláusula Garantidora	54

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
7. REFERÊNCIAS	58
APÊNDICE A	64
APÊNDICE B	65
APÊNDICE C	66
APÊNDICE D	68
APÊNDICE E	69
ANEXO I	71
ANEXO II	76

1. INTRODUÇÃO

Dados do Censo de Educação Superior de 2020 realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), tornam perceptível que no ensino superior há uma tendência de ingresso cada vez maior na modalidade a distância. Por outro lado, o número de ingressantes na modalidade presencial sofreu um decréscimo de 13,9% entre os anos de 2010 e 2020. Admite-se que o isolamento social em virtude da pandemia de Covid-19 teve impacto nesses resultados, mas não pode ser tomado como fator causal, uma vez que tal mudança se torna mais nítida a partir de 2014, isto é, antes da pandemia.

FIGURA 1 - NÚMERO DE INGRESSOS EM CURSO DE GRADUAÇÃO POR MODALIDADE DE ENSINO 2010-2020

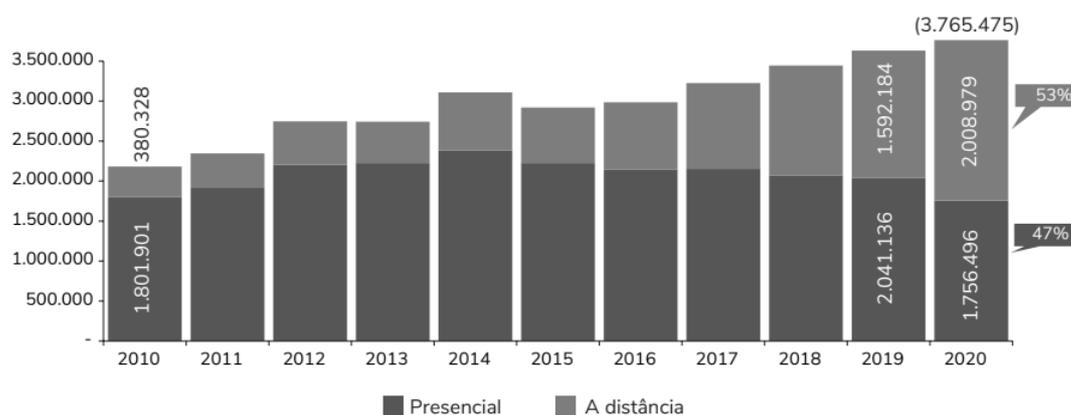


GRÁFICO 6

NÚMERO DE INGRESSOS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO POR MODALIDADE DE ENSINO – 2010-2020

FONTE: MEC/Inep; Censo da Educação Superior

Vários fatores contribuem para essa tendência e a universidade pública precisa ser protagonista no sentido de prover uma resposta institucional aos desafios que surgem para a educação presencial face a esse cenário. Será estratégico compreender que, acima de tudo, tal mudança de cenário não significa o fim da educação presencial, mas uma resposta até certo ponto natural ao avanço tecnológico. E se a educação presencial não deixará de existir, é certo que, com a universalização da educação básica, a presença de ENEE's na educação superior aumentará. É possível perceber, a partir de dados do INEP,

que há um crescimento linear de alunos matriculados no ensino superior que possuem necessidades educacionais específicas:

FIGURA 2 - NÚMERO DE MATRÍCULAS EM CURSO DE GRADUAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO OU ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO - BRASIL 2009-2019

Ano	Número de Matrículas de Alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento ou Altas Habilidades/Superdotação	Percentual em Relação ao Total de Matrículas em Cursos de Graduação
2009	20.530	0,34%
2010	19.869	0,31%
2011	22.455	0,33%
2012	26.663	0,38%
2013	29.221	0,40%
2014	33.475	0,43%
2015	37.986	0,47%
2016	35.891	0,45%
2017	38.272	0,46%
2018	43.633	0,52%
2019	48.520	0,56%

Fonte: MEC/Inep; Censo da Educação Superior (Grifos da pesquisadora)

A matrícula e o ingresso podem ser tomados como o início da inclusão no ensino superior. A inclusão e a acessibilidade permeiam todo o processo formativo, envolvendo fatores arquitetônicos, curriculares, pedagógicos, didáticos, etc. É preciso haver acolhimento e integração para que o sonho da formação acadêmica não se dissipe em mais uma evasão escolar.

Destaca-se que a instituição poderá desenvolver políticas inclusivas, buscar promover mobilidade e acessibilidade em seus diferentes espaços de convivência. A preocupação em oferecer espaços acessíveis visa essencialmente, embora não exclusivamente, assegurar a inclusão da pessoa com necessidades educacionais específicas resguardando, assim, um dos elementos basilares fundados tanto no texto constitucional como na Declaração Universal dos Direitos Humanos (Brasil, Declaração

Universal dos Direitos Humanos, 2020), isto é, a educação universal, equitativa e de qualidade.

Dentro da necessária adequação estrutural, a acessibilidade desponta como um fator de relevo para impulsionar a inclusão social e educacional da pessoa com necessidades educacionais específicas no espaço universitário. A preocupação com esse tema ganha destaques de interesse nacional e, por isso, a Presidência da República sancionou, no ano de 2004, o Decreto nº 5.296/04, o qual regulamentou as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, que estabelecem normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Ainda em âmbito geral é possível mencionar a primeira Conferência Nacional da Pessoa com Deficiência, promovida pelo Conselho Nacional de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE), ocorrida em Brasília-DF, no ano de 2006. O tema principal dessa conferência foi: *Acessibilidade: Você Também Tem Compromisso*. O objetivo central era analisar a política nacional para inclusão da pessoa com deficiência. A acessibilidade arquitetônica, urbanística e de transportes foi proposta como um dos eixos temáticos para discussão.

No contexto das Instituições Públicas de Ensino superior, pode-se constatar que tal temática não foi ignorada. Na Universidade de Brasília (UnB), por exemplo, é possível observar que existe uma preocupação em relação ao tema. Ali foram criados dispositivos regulamentares que versam sobre os direitos acadêmicos das pessoas com deficiências, tais como normas, resoluções, a política de acessibilidade da UnB e o Guia de acessibilidade no ensino remoto. Além disso, a nível de estrutura organizacional destaca-se a criação do Programa de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais – PPNE no ano de 1999.

Em junho de 2020 foi criada a Diretoria de Acessibilidade (DACES) da UnB, que atende as questões relativas à promoção da acessibilidade para a pessoa com deficiência ou necessidades educacionais específicas. Tais instrumentos normativos traduzem uma tentativa de superação de um modelo arcaico de “instrução” que desconsidera o direito à cidadania e a inclusão social das pessoas com deficiência.

A UNB conta atualmente com quatro Campi universitários, sendo o maior e mais tradicional denominado Darcy Ribeiro. Localizado no Plano Piloto, entre a Avenida L2 Norte e as margens do Lago Paranoá, o Campus tem mais de 500 mil m² de área construída e mais de 50 mil pessoas circulam diariamente por ele. Esse abarca dezenas de

Institutos e Faculdades, quase 700 laboratórios, Casa do Estudante, Centro Olímpico, Decanatos, Departamentos, Biblioteca, Centros de Pesquisa, etc.

A ampla estrutura, demarcada pelo entrosamento com a paisagem urbanística, possui uma complexidade irredutível em seu conjunto de edifícios que exibem a robustez do concreto ou pré-moldados em concreto. Os diversificados espaços encontram confluência no Instituto Central de Ciências (ICC) – popularmente conhecido como “Minhocão – como ponto de promoção de convivência e participação na vida universitária.

Essa megaestrutura multifacetada, com edificações antigas e recentes, aberta a um público tão diversificado composto por alunos, professores, servidores, pesquisadores, visitantes, etc., abre espaço para a reflexão acerca da mobilidade e da acessibilidade no ambiente universitário.

É possível investigar a acessibilidade a partir da análise do ambiente objetivo. Nessa abordagem pode-se adotar um método dedutivo, isto é, inicia-se com o aparato apriorístico da legislação – exigências da NBR 9050 por exemplo –, e então é verificado se determinado espaço foi construído de modo condizente com o que a norma prevê. Em caso positivo, conclui-se que o ambiente é acessível.

A desvantagem dessa abordagem é que ela basicamente considera o ambiente como estático, não afetado pelas relações humanas. Uma vaga de estacionamento pode ter uma placa de reserva para pessoa com deficiência. A pintura de sinalização pode estar nítida no pavimento. Ainda assim, uma pessoa não permitida a fazer uso de tal vaga pode estacionar o carro. O ponto aqui é que além de analisar o ambiente objetivo é preciso investigar também o ambiente fenomenológico, o qual afeta o desenvolvimento humano e é afetado pelas relações humanas: “[...] aquilo que importa para o comportamento e o desenvolvimento é o ambiente conforme ele é percebido, e não conforme ele poderia existir na realidade ‘objetiva’” (BRONFENBRENNER, 1996, p. 6).

Nesse contexto, a pesquisa é potencializada à medida que compreende acessibilidade e inclusão pela perspectiva da própria pessoa com deficiência. A pessoa com deficiência é dotada de direitos, mas também possui um papel a ser desenvolvido e responsabilidades face à sociedade. Isso reforça a ideia de que inclusão não é um movimento unilateral, mas um processo que compreende um esforço conjunto para o rompimento de barreiras. Conceitua-se “[...] a inclusão social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com

deficiências (além de outras) e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade.” (SASSAKI, 2010, p. 39).

A participação das pessoas com deficiência é essencial para o alcance de uma sociedade mais igualitária. No contexto acadêmico, essa participação encontra guarida no princípio da educação denominado gestão democrática. Embora os macroprocessos finalísticos da Universidade de Brasília estejam fundados no tripé Ensino-Pesquisa-Extensão, o atingimento dos objetivos macros é afetado por outros processos, subprocessos, atividades e tarefas da Instituição. Esses subníveis refletem direta ou indiretamente na configuração, estrutura, conteúdo e modelos de ensino-aprendizagem. Em virtude disso, destaca-se que a participação da sociedade na gestão da educação é fator essencial para imprimir uma identidade mais diversificada nos macroprocessos finalísticos da Universidade.

O aprimoramento da relação entre a gestão da educação e inclusão delinea a ampliação da acessibilidade no campus universitário. Porquanto, em que pese os avanços políticos-normativos, as mudanças nas estruturas organizacionais e a abertura para a diversidade na Universidade de Brasília, os quais são de fundamental importância em um ambiente de transmissão de cultura e saber, cabe ressaltar que a implementação da política pública pode ter progressos e regressos face à constante mudança nas configurações do ambiente. Além disso é evidente que a conquista de um espaço inclusivo não é um evento consolidado sem perspectivas para avanço.

Soma-se a isso o fato de que acessibilidade não pode estar restrita a uma acepção puramente cinemática-espacial. Ao invés disso, a acessibilidade também busca construir pontes sobre o abismo existente entre as pessoas com deficiência (física, intelectual ou sensorial, superdotação ou relacionados ao espectro autista) e a inclusão social, digital, cultural, econômica e política. Nesse sentido, cabe ressaltar que a acessibilidade envolve fatores tais como: recepção, mobiliário, instalações físicas, estrutura acadêmica e administrativa, como também a quebra de paradigmas e de atitudes diante das deficiências. Dessa forma, “[...] tornar um ambiente acessível é um desafio, pois quaisquer mudanças de paradigmas exigem esforços que não estão abarcados nas políticas públicas” (SILVA, 2016, p. 118).

A promoção da acessibilidade abarca o rompimento das barreiras físicas que dificultam o processo de inclusão, levando-se em conta que as edificações, em geral, foram planejadas para um perfil específico de usuários, isto é, daqueles que não apresentam dificuldades específicas. Deve-se compreender que as barreiras físicas,

urbanísticas, arquitetônicas, de transportes, de comunicação ou de informação, impedem a livre circulação e convivência dentro de um determinado espaço social. Ou ainda, devemos também considerar as barreiras atitudinais que, mesmo tendo sido pautadas e discutidas em diversas oportunidades, dentro e fora do espaço universitário, ainda requerem atenção. O Estatuto da Pessoa com deficiência, Lei nº. 13.146 de 6 de Julho de 2015, define barreiras atitudinais “atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.” (BRASIL, 2015).

Diante desse quadro, o objeto desta pesquisa foi delineado por meio do seguinte questionar: qual é a percepção do estudante com necessidades educacionais específicas no que tange à acessibilidade e mobilidade no âmbito do Campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília? Permitindo que, na procura do esclarecimento dessa indagação, pudessem ser pautados os objetivos, a justificativa e o itinerário da investigação.

1.1. OBJETIVOS

1.1.1. Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa se centrou no desvelar da percepção do estudante com necessidades educacionais específicas no que tange à acessibilidade e mobilidade no Campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília.

1.1.2. Objetivos específicos

Os objetivos específicos são listados a seguir:

- Elencar ações de inclusão e sugestões para melhoria da acessibilidade na Universidade de Brasília;
- Identificar as principais barreiras como atitudes e comportamentos no cotidiano da convivência universitária, em relação à comunidade acadêmica da UnB;
- Investigar os principais obstáculos de acessibilidade e mobilidade na UnB, Campus Darcy Ribeiro, que limitam a sua participação inclusiva em relação às atividades ligadas à aprendizagem;

- Propor um produto técnico, a partir da percepção de estudantes com necessidades educacionais específicas, para contribuir com o rompimento das barreiras de acessibilidade e mobilidade presente no ambiente universitário.

1.2. JUSTIFICATIVA

O interesse pelo tema teve início a partir de experiências pré-teóricas vivenciadas pela pesquisadora no ambiente profissional em um percurso de mais de 10 anos exercendo a função de Secretária Executiva em uma unidade acadêmica da UnB. Ao longo da sua profissão conviveu com ENEE's, acumulando observações, como por exemplo: adaptação de espaço físico laboral, estágio obrigatório, adaptação de provas ou concessão de tempo extra e mudança de curso. Esse conjunto de ações visa o rompimento de barreiras, sobretudo atitudinais no espaço acadêmico, uma vez que “[...] a efetivação da acessibilidade ao conhecimento não depende apenas de direitos garantidos em legislações, mas, sim, na quebra de paradigmas e preconceitos que ainda permanecem nos meios acadêmicos” (GARCIA; BACARIN; LEONARDO, 2018, p. 38).

Conforme mencionado na Introdução, há uma tendência de crescimento linear de acesso de ENEE's ao Ensino Superior. Essa tendência tem reflexos na composição do corpo discente da Universidade de Brasília. Em 2018, por exemplo, de acordo com Relatórios de autoavaliação, nota-se um aumento de 36% de ENEE's em relação a 2017 (Brasília, 2018). Ademais, a duração média de um curso de graduação é de oito semestres. Nesse sentido, desconsiderando a taxa de evasão, é notório que os ingressos de determinado ano são cumulativos com os ingressos de anos anteriores tendo em vista que os alunos permanecem em processo formativo por, pelo menos, oito semestres.

A UnB, ao longo dos anos, está entre as percussoras na promoção de acessibilidade para o ENEE's sempre apontando um resultado positivo em relação às ações inclusivas no ambiente universitário, como a prioridade de matrículas para os estudantes atendidos pelo DACES. Porém, destaca-se que as universidades públicas necessitam romper barreiras atitudinais, promover melhores condições de acessibilidade física, comunicacional e pedagógica e por fim, tentar erradicar práticas excludentes entre

a comunidade acadêmica, como sendo desafios que ainda serão enfrentados pelas universidades públicas.

1.3. INTINERÁRIO DA PESQUISA

O arcabouço do trabalho está estruturado em quatro partes: *i)* fundamentação teórica; *ii)* caminho metodológico que subsidiou o desenvolvimento do trabalho; *iii)* análise de dados seguida de resultado; *iv)* produto técnico e considerações finais. Segue-se um resumo de cada seção.

1.3.1. Fundamentação teórica

A fundamentação teórica foi dividida em cinco tópicos. O primeiro se traduz como um breve levantamento sobre a repercussão da inclusão social e da acessibilidade nos diplomas normativos da esfera Federal, buscando compreender o fenômeno sob a ótica das disposições prescritivas, isto é, leis, decretos e portarias. O segundo, demarca a atuação organizacional e regulamentar no que tange às políticas de inclusão desenvolvidas pela Universidade de Brasília. O terceiro faz uma breve análise sobre os conceitos relativos à acessibilidade e mobilidade que fundamentam a inclusão social dos estudantes com necessidades específicas na UnB. O quarto define os principais termos da teoria bioecológica do desenvolvimento humano do teórico Urie Bronfenbrenner. E, por último, o quinto tópico traz um breve resumo das principais pesquisas sobre a temática publicadas nos principais portais de pesquisas científica.

1.3.2. O caminho metodológico

A metodologia aplicada na investigação teve orientação qualitativa-exploratória, com o escopo teórico da fenomenologia descritiva de Husserl (2014). A fenomenologia, de acordo com Bevan (2014), pode ser um método integral de pesquisa científica, não restringindo-se apenas à análise de dados. Nesse sentido, tanto a coleta de dados quando a análise de dados foram realizadas de acordo com os princípios da fenomenologia. Além disso, para compreender o desenvolvimento dos ENEE's no contexto acadêmico a investigação utilizou-se da teoria bioecológica do desenvolvimento humano do teórico russo-americano Urie Bronfenbrenner.

A pesquisa situou o seu eixo de análise junto à Universidade de Brasília-UnB, especificamente no Campus Darcy Ribeiro. Tal escolha justifica-se por se tratar de uma

Universidade Pública, que recentemente completou 60 anos e que no período de 2021/2, possui 410 ENEE's¹ cadastrados na Diretoria de Acessibilidade da instituição e matriculados nos cursos de graduação e de pós-graduação.

Na etapa de coleta de dados contou-se com a participação de cinco estudantes com necessidades educacionais específicas, inscritos na DACES e matriculados em diferentes cursos de graduação da UnB, mediante o consentimento do estudante, preservando os procedimentos éticos do Conselho Nacional de Saúde-CNS, Resolução 466 de dezembro de 2012, que norteiam os projetos de pesquisa com seres humanos.

A coleta de dados ocorreu em duas fases. Na primeira foi aplicado um questionário de consulta, via Google Forms², para levantamento acerca do interesse de participação na pesquisa e, para estabelecer o perfil do participante do estudo. Na segunda fase foi realizada entrevista semiestruturada, com questões elaboradas a partir de 03 eixos temáticos os quais tiveram como base a Política de Acessibilidade da UnB.

O estudo visou elucidar os fatos relacionados a inclusão das pessoas deficientes, por meio da sua participação no espaço onde se desvela o fenômeno. Isto é, por meio da compreensão que adquirem os significados das ações que entornam o cotidiano dessas pessoas, valorizando o seu relato sobre os acontecimentos que permitam situar o processo inclusivo e suas interfaces, uma vez que, como salienta Demo (1995), em certo sentido participação poderia ser sinônimo de qualidade.

1.3.3. Análise de dados

A análise de dados foi dividida em duas etapas: organização dos dados e resultados. Para tratamento de dados foi aplicada a técnica de análise de dados seguindo a abordagem fenomenológica. Esse procedimento segue o rigor acadêmico, tendo em vista que a interpretação resultante da análise de dados pode ser submetida à crítica e à revisão. Nessa última etapa busca-se de modo inferencial correlacionar os resultados obtidos com o modelo bioecológico de Bronfenbrenner. Essa fase foi seguida de considerações finais.

¹ Dados fornecidos pela DACES em março/2022.

² Google Forms é um aplicativo de gerenciamento de pesquisas lançado pelo Google. Os usuários podem usar o Google Forms para pesquisar e coletar informações sobre outras pessoas e também podem ser usados para questionários e formulários de registro. Sugiro retirar, seria mais importante indicar como foram identificados. Aqui você não relata que veio da diretoria de acessibilidade.

1.3.4. Produto técnico

A partir da percepção dos ENEE's sobre acessibilidade e mobilidade no Campus Darcy Ribeiro foi elaborada proposta de produto técnico. A proposta consiste na alteração Política de Acessibilidade da UnB. No que diz respeito à Resolução 0050/2019, foi proposta a inclusão de uma Cláusula Garantidora. Uma contribuição diferenciada.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. CONTORNOS NORMATIVOS DA ACESSIBILIDADE E DA INCLUSÃO SOCIAL

A partir dos anos 90, do século passado, nas Instituições de Ensino Superior – (IES) começa a crescer o número de matrículas de estudantes com necessidades educacionais específicas, dando notoriedade a inclusão. Essa notoriedade pode ser evidenciada no plano legislativo.

A promoção de um atendimento especializado no acolhimento das especificidades das pessoas com necessidades educacionais específicas foi regulamentada pela Lei nº 9.394/96. Além disso, esse atendimento especializado e a promoção da acessibilidade recebem regulamentação por meio da Portaria nº 1.679/1999. Esses instrumentos regulam a avaliação, como também o credenciamento e o recredenciamento dos cursos de graduação, nas instituições de ensino superior.

A Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (2007), em seu artigo 24, reconhece o direito das pessoas com deficiência à educação inclusiva, em todos os níveis de ensino, a garantia de igualdade de condições com as demais pessoas e a adaptações de acordo com as necessidades individuais, inclusive sendo assegurado, segundo a referida convenção “[...] que as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino superior em geral, treinamento profissional de acordo com sua vocação, educação para adultos e formação continuada, sem discriminação e em igualdade de condições” (BRASIL, 2014, p. 52-53).

O Plano Nacional de Educação (PNE) estabeleceu diretrizes, metas e estratégias para a educação brasileira na expectativa de promover um ensino inclusivo, abrangendo não apenas o ensino regular, mas toda modalidade de ensino, sendo promulgada a Lei nº 13.005/2014, com vigência por 10 anos, que é monitorada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A Lei nº 13.146, de 06 de junho de 2015, denominada “Estatuto da Pessoa com Deficiência” instituiu a Lei Brasileira de Inclusão para a pessoa com deficiência, com o objetivo de promover a acessibilidade em condições de igualdade, visando a inclusão social e a cidadania da pessoa com necessidades educacionais específicas na sociedade.

Dessa forma, considerar a Universidade um espaço acessível, democrático, formador de opiniões, que produz conhecimento respeitando a diversidade humana, se

traduz em um desafio para aqueles que atuam na área do ensino, e nos direciona para compreender como se processa as ações inclusivas na promoção de acessibilidade no espaço acadêmico, para grupos em situação de vulnerabilidade, neste estudo o ENNE.

A presença de políticas públicas de inclusão permitiu a reserva de vagas para a Pessoa com Deficiência de acordo com a lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Tal previsão trouxe novas oportunidades de inclusão social e integração desse público no espaço acadêmico, em igualdade de condições durante sua qualificação profissional.

Estes dispositivos legais permitem que a pessoa com necessidades educacionais específicas encontre maiores possibilidades de aceder inclusivamente aos desafios acadêmicos. E, também, eles orientam as Instituições de Ensino no sentido de planejar e de implementar ações relativas a questões de acessibilidade, capacitando e orientando as discussões sobre ações afirmativas que garantam um ambiente inclusivo, no ensino superior, tais como: adequação curricular, adequação do material didático e formação de professores, que vão desde a preparação dos editais dos vestibulares, adaptação para aplicação de provas, adequação do espaço de utensílios e ainda, mudanças de paradigmas, que estão enraizados, no espaço social, e que ainda possam ser discriminatórios.

2.2. POLÍTICAS DE INCLUSÃO DESENVOLVIDAS PELA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

A Universidade de Brasília, tanto no Projeto Político Pedagógico Institucional como no Plano de Desenvolvimento Institucional, apresenta como princípios “[...] promover as condições de acessibilidade e a construção de um ambiente de trabalho e estudo inclusivo, respeitoso, solidário e colaborativo [...]” (Brasília, Projeto Político Pedagógico Institucional , 2018, p. 20).

Essa preocupação prevê a promoção da acessibilidade em igualdade de condições, com garantia da permanência da pessoa com deficiência no espaço acadêmico inclusivo. E essa temática foi contemplada nos princípios orientadores da organização curricular, tendo o princípio da acessibilidade como um norteador na elaboração de políticas públicas institucionais para promover o acesso e a permanência participativa. Essa temática é reafirmada no Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022, que assevera: “O direito à acessibilidade se efetiva na educação superior por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação de estudantes com necessidades educacionais específicas de forma independente e em igualdade de oportunidades com as demais pessoas” (Brasília, Plano de Desenvolvimento Institucional , 2018-2020, p. 143).

Ações que de acordo com o Programa Incluir

“a inclusão da pessoas com deficiência no ensino superior deve assegurar-lhes, o direito a participação na comunidade com as demais pessoas, as oportunidades de desenvolvimento pessoal, social, profissional, bem como não restringir sua participação em determinados ambientes e atividades com base na deficiência. Igualmente a condição de deficiência não deve definir a área de seu interesse profissional. Para a efetivação desse direito, as IES devem disponibilizar serviços e recursos de acessibilidade que promovem a plena participação dos estudantes.” (Brasil, Programa Incluir, 2013, pp. 11-12).

A preocupação da Universidade de Brasília com a pessoa com necessidades educacionais específicas pode ser formalmente evidenciada a partir de 1999, ano em que foi criado, mediante o Ato da Reitoria nº 1068/99, um Programa de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais (PPNE), vinculado à Vice-Reitoria. No ano de 2014 a gestão do programa foi transferida para o Decanato de Assuntos Comunitários. No ano de 2019 o PPNE foi transformado em coordenação denominada Coordenação de Apoio às Pessoas com deficiência, contudo a sigla PPNE foi mantida. Em 2020, após a criação da Política de Acessibilidade da UnB, ainda vinculado ao DAC, o PPNE tornou-se Diretoria de Acessibilidade (DACES). O DACES continua na busca constante pela eliminação de barreiras para promover acessibilidade e mobilidade, para as pessoas com necessidades educacionais específicas no âmbito da UnB.

Quando o Governo Federal publicou o Decreto nº 7.611 em 17 de novembro de 2011, que previa a criação e estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior, a UnB já atuava na busca pela acessibilidade e a mobilidade para os estudantes com necessidades educacionais específicas em seus Campi. O então, denominado PPNE passa então a atuar como o núcleo de acessibilidade da UnB, tendo como público-alvo as pessoas com deficiência física, visual, auditiva, intelectual e múltipla; Transtornos Globais do Desenvolvimento (TDG) / Transtorno do Espectro Autista (TEA); Altas Habilidades/Superdotação; Dislexia; Transtornos de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDA/H); e, Surdo-cegueira.

A UnB, desde 2003, na Resolução nº 048/2003, do Conselho de Ensino e Pesquisa (CEPE) estabeleceu políticas de acessibilidade para o discente com necessidades educacionais específicas cadastrado no PPNE, que necessitasse de atendimento diferenciado e, quando solicitado, receberia também o suporte do programa. O artigo 3º da resolução supracitada prevê as seguintes medidas:

- I - Adaptações de provas;
- II - Tempo adicional para realização das provas;
- III - Adaptação de recursos instrucionais: material pedagógico e equipamentos;

- IV - Adaptação de recursos físicos: eliminação de barreiras arquitetônicas e adequação de ambiente de comunicação;
- V - Apoio especializado necessário, intérprete de língua de sinais e leitor, conforme necessidade educacional especial apresentada.

Essas prescrições ampliam as possibilidades de desenvolvimento no microsistema (atividades, relações interpessoais, papéis) e no mesosistema (participação ativa em dois ambientes ou mais), podendo ser exemplificada como o transporte público, circula no campus universitário, mas que não sob a gestão da Universidade.

Atualmente a DACES objetiva estabelecer uma política permanente de atenção às pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas na UnB e assegurar sua plena inclusão à vida universitária, visando proporcionar condições para o seu desenvolvimento pessoal e acadêmico, garantindo a cidadania através de rompimentos de barreiras, atuando em parceria com as unidades acadêmicas e administrativas da UnB (PPNE, 2019).

Outra ação da UnB voltada para a promoção da acessibilidade foi a criação da Política de Acessibilidade da UnB, por meio da Resolução nº 0050/2019 do Conselho de Administração (CAD) que classifica cinco tipos de acessibilidade, a saber: i) arquitetônica, ii) nos transportes, iii) na comunicação e na informação, iv) atitudinal e v) pedagógica. Nesse instrumento normativo a acessibilidade foi definida como:

[...] toda e qualquer possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações disponíveis à comunidade universitária. (Brasília, 2019).

A definição de acessibilidade adotada pela UnB não se restringe a organização espacial, mas inclui envolvimento de forma ampla no cotidiano do estudante, na expectativa de atender as necessidades de forma geral, abarcando os espaços físicos, a mobilidade, os meios de comunicação, relacionamento interpessoal e a dinâmica pedagógica.

O DACES, nos últimos anos, buscou exercer constante atuação na promoção da inclusão, possibilitando sua permanência durante a formação acadêmica, promovendo eventos, como: *workshop*, seminário e palestras no âmbito da inclusão e acessibilidade para toda comunidade acadêmica, bem como, a UnB tem feito adaptações de espaços físicos e urbanístico para promover o acolhimento do público atendido pelo DACES.

Resta claro que diversas medidas foram adotadas pela UnB objetivando assegurar a inclusão social. Porém, é de suma importância que os estudantes participem na própria construção de uma universidade inclusiva, refletindo junto com toda a comunidade acadêmica e com as estruturas burocráticas sobre o respeito às diferenças. A academia não é fundada sobre uma pedra monolítica incapaz de ser desafiada. Antes, seu refrão e sua prática são uníssonos na direção da inclusão.

É enriquecedor quando novas perspectivas ganham espaço para interação, promovendo um debate para que todos compreendam e adotem medidas que possibilitem o desenvolvimento do ENEE's, considerando suas habilidades e suas limitações individuais. O envolvimento dos estudantes preconiza a participação ativa, em uma gestão democrática, fomentando o diálogo e a compreensão na consolidação de um ambiente mais acolhedor, acessível e inclusivo.

2.3. CONCEITOS RELATIVOS À ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE QUE FUNDAMENTAM A INCLUSÃO SOCIAL DOS ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIFICAS, NA UNB.

Na tentativa de aprofundar sobre os conceitos de acessibilidade e de mobilidade que fundamentariam o ambiente inclusivo, em espaços acadêmicos, surge a necessidade de fazer um resgate histórico sobre estes conceitos. Ou seja, elencar os principais marcos regulatórios que nortearam a promoção de uma educação para todos, conforme previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que marcou o início de um novo tempo na garantia dos direitos humanos e do direito fundamental à Educação.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/61), contava com dispositivos legais que apontavam para uma política de integração da pessoa com deficiência, apresentando um modelo de educação especial denominado: “Educação de Excepcionais”, com o objetivo de “[...] enquadrar-se no sistema geral da educação, a fim de integrá-lo à comunidade.” (Brasil, Lei nº. 4.024, de 20 de Dezembro de 1961, 1961). Posteriormente, essa Lei foi alterada pela Lei nº 5.692/71, trazendo o termo “tratamento especial” para classificar o atendimento de alunos que apresentassem deficiência física, ou intelectual, em um período que, aparentemente, não existiam políticas assistenciais para a pessoa com deficiência.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988 observa-se uma mudança nos dispositivos legais para promover a inclusão da pessoa com deficiência. Essa proposta foi consolidada na Conferência Mundial de Educação Especial, que ocorreu entre 07 a 10

de junho de 1994, em Salamanca (Espanha), da qual resultou a Declaração de Salamanca sobre “Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais”.

Essa Declaração diz que:

Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1996, p.5)

O princípio da Educação Especial, resultou em ações visando promoção de práticas educacionais, como disponibilização de recursos, serviços, orientações, realizando um atendimento educacional especializado para determinados grupos de pessoas, no combate de atitudes discriminatórias.

Atitudes que dificultam a participação social da pessoa com deficiência na sociedade são uma das principais barreiras que dificultam a inclusão social da pessoa em desenvolvimento. A inclusão pode ser resumida nos processos desenvolvidos em igualdades de condições em qualquer ambiente social em que a pessoa está inserida como trabalho, escola, espaço físico, lazer, cultura e, sobretudo, nas atitudes das pessoas.

Em 1996 é sancionada a Lei nº 9.394 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. No contexto da referida Lei, no seu Capítulo V, são traçados procedimentos para a oferta da educação especial com a promoção de acessibilidade, apontando-se a necessidade do atendimento diferenciado na formação profissional, na adequação de espaços e na reforma curricular. Essas prerrogativas demonstram à necessidade da promoção de políticas educacionais no tocante a recepção e a inclusão da pessoa com deficiência no ambiente escolar, no mesmo espaço acadêmico, sem distinção de especificidades do aluno.

Posteriormente à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi promulgado o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, tendo como objetivo assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência. Estabelecendo, ainda, mecanismos que acelerem e favoreçam a inclusão social da pessoa portadora de deficiência, além de prever a questão das adequações dos espaços físicos para garantir a acessibilidade da pessoa com deficiência.

A Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, em seu protocolo facultativo, assinado em Nova York em 30 de março de 2007, marca uma nova fase para a inclusão da pessoa com deficiência e para a promoção da acessibilidade desse

público. No Brasil, foi promulgado o Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, com o propósito de “[...] promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente.” (Brasil, 2009). Ou seja, na garantia dos direitos das pessoas que a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, denominada Estatuto da Pessoa com Deficiência, considera como:

[...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015).

Ainda, nessa Lei em seu artigo 3º, inciso I, se define acessibilidade como:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2015).

Com base nessas disposições, entende-se que, a ênfase dada as “dificuldades” que apresentavam as pessoas com deficiência, e transferida ao ambiente e as barreiras atitudinais presentes no ambiente social que interferem na acessibilidade e na mobilidade. Ou seja, a deficiência não é restrita ao ambiente que não está capacitado para receber as pessoas com necessidades educacionais específicas, como também das pessoas que não estão preparadas para conviver com esse público.

Esta mudança fica ainda mais notória no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015), o qual define barreiras como:

[...] qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros. (Brasil, 2015).

Barreiras essas que representam situações vividas em determinados ambientes, que limitam o desempenho do ENEE's em suas atividades cotidianas, ou que dificultam à mobilidade desse público dentro do espaço universitário.

A Lei nº 12.587 de 2012, que traça diretrizes para Política Nacional de Mobilidade Urbana, trouxe perspectivas quanto a melhoria desses obstáculos quando objetivou “[...] a integração entre os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas[...].” (BRASIL, 2012). Essa mesma lei definiu, em seu artigo 4, mobilidade urbana como: “[...] condição em que se realizam os deslocamentos de pessoas e cargas no espaço urbano” (BRASIL, 2012). E acessibilidade

foi definida como: “[...] facilidade disponibilizada às pessoas que possibilite a todos, autonomia nos deslocamentos desejados [...]” (BRASIL, 2012).

Estas prescrições de melhorias também foram garantidas no Estatuto da Pessoa com Deficiência, quando regulamentou o direito ao transporte e a mobilidade em todos os tipos de transporte, de vias públicas, de edificações públicas, ou não, devendo estes espaços, serem adaptados e reservados a pessoa com necessidade específica, atendendo as normas de acessibilidade previstas nas legislações pertinentes. Adaptações que poderiam ser consideradas excludentes uma vez que, seria mais democrático que essas adaptações constituíssem espaços inclusivos, ou seja, que toda ou qualquer edificação, meio de transporte ou via pública fosse sempre construída com as medidas e as especificações de uso comum, para os deficientes e os não deficientes.

No plano jurídico-normativo há orientações no que diz respeito tanto ao atendimento quanto ao planejamento do espaço. Contudo, os gestores e a comunidade acadêmica devem envidar esforços para implementar as orientações advindas das disposições legais, adaptando a estrutura e aspectos atitudinais às necessidades dos estudantes.

Ainda, em relação às pessoas com necessidades educacionais específicas, a Constituição Federal, em seu artigo 277, inciso II, §1º, salienta a:

Criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação (Brasil, 2016, p. 98).

O texto constitucional preconiza a promoção da educação mediante a participação não apenas do Estado, mas também da família e da pessoa em desenvolvimento, em prol de um projeto inclusivo. Face ao exposto no texto constitucional, é urgente o envolvimento contínuo da Universidade, tanto em seu nível estratégico, tático e operacional, em tarefas, processos e macroprocessos que mitiguem a existência de todas as espécies de barreiras.

Além disso, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, prevê a universalização da educação e destaca o tripé que orienta seus objetivos, isto é, o desenvolvimento da pessoa, exercício da cidadania e qualificação para o trabalho:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno

desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 2016, p. 90).

A CEF trouxe a expectativa de uma educação acessível e inclusive, possibilitando o desenvolvimento, como também a qualificação profissional, para toda pessoa humana.

2.4.TEORIA BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Tendo em vista que um dos objetivos da educação está direcionado ao desenvolvimento da pessoa, é preciso ter um arcabouço teórico que colabore para uma adequada compreensão dos fatores envolvidos nesse processo. Esse arcabouço pode ser encontrado na teoria bioecológica do desenvolvimento humano desenvolvida pelo psicólogo russo-americano Urie Bronfenbrenner.

A teoria bioecológica adota uma perspectiva sociocultural, na qual o desenvolvimento é visto como algo que se desenrola a partir da interação com influências sociais e ambientais. Nessa teoria o desenvolvimento é compreendido como “uma mudança duradoura na maneira pela qual uma pessoa percebe e lida com o seu ambiente” (BRONFENBRENNER, 1996, p. 5).

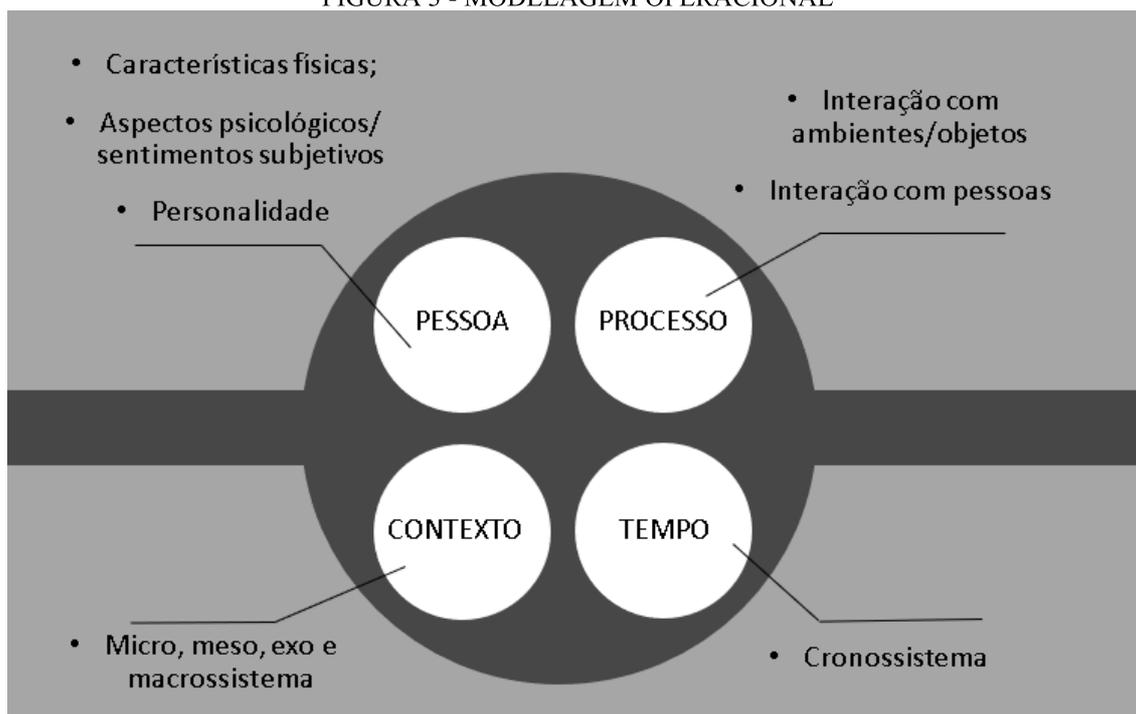
Notadamente, essa definição enfatiza o aspecto interacional (processos proximais), temporal (mudança duradoura), a dimensão lógica/psicológica da pessoa (percebe e lida) e o fator ambiental. Pode-se notar a interferência desses fatores – pessoa, processos proximais, ambiente e tempo – em uma definição mais aprimorada de desenvolvimento que Bronfenbrenner (1996) propõe ao rever os termos de sua teoria. A modelagem operacional dessa teoria recebe o epíteto Processo-Pessoa-Contexto-Tempo (PPCT).

Nessa versão, desenvolvimento é compreendido como

“o fenômeno de continuidade e mudança nas características biopsicológicas de seres humanos tanto como indivíduos ou como grupos. O fenômeno se estende durante o curso da vida perpassando gerações sucessivas através do tempo histórico, tanto passado como presente”. (BRONFENBRENNER, 2005, p. 3).

O tempo, na teoria bioecológica, é concebido em múltiplas dimensões de temporalidade – tempo ontogênico, tempo da família e tempo histórico. Essas dimensões temporais formam o cronossistema.

FIGURA 3 - MODELAGEM OPERACIONAL



FONTE: Elaboração da pesquisadora.

Bronfenbrenner (1996) alega que oferece uma nova perspectiva teórica para pesquisa nesse campo e essa perspectiva é nova “em sua concepção da pessoa em desenvolvimento, do ambiente e especialmente da interação desenvolvente entre ambos” (BRONFENBRENNER, 1996, p. 5).

No que diz respeito à pessoa, Bronfenbrenner (1996) não a toma como indivíduo descontextualizado e nem como um ser meramente passivo, isto é, uma tábula rasa. Antes, a pessoa é vista dentro de um contexto social e cultural que a cerca e como protagonista em suas relações interpessoais e na interação com o ambiente.

O ambiente, por sua vez, é visto não como algo isolado ou como algo estático. Antes, é concebido diferentemente da maneira usual no que concerne ao alcance, ao conteúdo e à estrutura. No que tange ao alcance, o ambiente vai além daquele imediato/proximal, compreendendo as crenças e ideologias de determinada cultura ou subcultura. Já em relação ao conteúdo, envolve o ambiente objetivo e especialmente o fenomenológico. No que diz respeito à estrutura, faz-se necessário olhar mais detidamente para seus elementos e funcionamento.

Para Bronfenbrenner (1996), os ambientes exercem impacto direta ou indiretamente na pessoa em desenvolvimento, especificamente, o ambiente é “um local onde as pessoas podem facilmente interagir face a face” (BRONFENBRENNER, 1996, p. 19). Esse local pode ser visto a partir de suas propriedades objetivas ou a partir do

significado que o indivíduo lhe atribui. O ambiente percebido/experenciado é denominado ambiente fenomenológico. Para Bronfenbrenner (1996) o desenvolvimento humano ocorre em uma série de ambientes que são denominados: *microsistema*, *mesossistema*, *exossistema* e *macrossistema*.

O microsistema envolve o ambiente imediato e se configura a partir das relações interpessoais, das atividades e do papel exercido pela pessoa em desenvolvimento. Já o mesossistema é a interconexão entre dois ou mais ambientes nos quais o indivíduo participa ativamente. O exossistema, por sua vez,

“se refere a um ou mais ambientes que não envolvem a pessoa em desenvolvimento como um participante ativo, mas no qual ocorrem eventos que afetam, ou são afetados, por aquilo que acontece no ambiente contendo a pessoa em desenvolvimento” (BRONFENBRENNER, 1996, p. 21).

O micro-, o meso- e o exossistema compreendem um conjunto de interações que contém não só as atividades que a pessoa em desenvolvimento executa, mas também seu papel exercido na sociedade, as inter-relações pessoais, interações com a universidade, com a família, com os serviços públicos etc. Na forma e no conteúdo desses subsistemas existem ou podem existir padrões de consistências, de semelhanças e de diferenciações. Tais padrões de consistências formam, em conjunto com as crenças e ideologias, o macrossistema.

Tendo definido o arcabouço e os principais termos do modelo bioecológico, pode-se traçar princípios diretores e aplicações diretas da teoria para a presente pesquisa. Em primeiro lugar, o ambiente mediato e imediato que possui pertinência com o fenômeno investigado é o Campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília. A ressalva óbvia é que o estudante não pode estar presente em todos os ambientes do Campus. Dessa forma, dentro do Campus há ambientes que podem se enquadrar dentro do microsistema ou mesossistema – sala de aula, laboratório, biblioteca, secretarias, etc. Outros ambientes que constituem o exossistema – sala da direção, alguns decanatos, órgãos superiores, Prefeitura do Campus, etc. O macrossistema, por sua vez, envolve leis, estatutos, políticas públicas e órgãos colegiados que norteiam as decisões da Universidade.

Esse ambiente, por sua vez, é visto não apenas a partir de suas propriedades objetivas. Conforme enfatiza Bronfenbrenner (1996, p. 19), “as características cientificamente relevantes de qualquer meio ambiente incluem não apenas suas propriedades objetivas, como também a maneira pela qual essas propriedades são percebidas naquele meio ambiente”. E ainda: “os aspectos do meio ambiente mais importantes na formação do curso do crescimento psicológico são, de forma esmagadora,

aqueles que têm significado para a pessoa numa dada situação” (BRONFENBRENNER, 1996, p. 19). Bronfenbrenner (1996) recepciona essa ênfase a partir da obra de Kurt Lewin, o qual exerce grande influência na concepção da teoria bioecológica do desenvolvimento humano. Conforme Bronfenbrenner (1996) relata, o posicionamento de Lewin é que “o meio ambiente de maior relevância para o entendimento científico do comportamento e desenvolvimento não é a realidade conforme ela existe no assim chamado mundo objetivo, mas conforme ela aparece na mente da pessoa” (BRONFENBRENNER, 1996, p. 19).

Para a concretização da presente pesquisa, pois, é relevante considerar a percepção dos estudantes com necessidades educacionais específicas sobre o ambiente com o qual eles interagem. Esse ambiente pode ser sustentado – na medida em que é inclusivo e acessível – ou reestruturado. Essa capacidade de remodelar o ambiente de acordo com propósitos, aspirações e necessidades representa, de acordo com Bronfenbrenner (1996, p. 10) “a mais alta expressão do desenvolvimento humano”. Dessa forma, considerar a percepção dos ENNE’s e incluí-los na fase de pesquisa potencializa a futura reestruturação do ambiente tornando-o mais acessível ao passo que possibilita o pleno desenvolvimento desses estudantes.

Ainda, em termos de aplicação da teoria, é preciso reconhecer a influência contínua do macrossistema nos subníveis ambientais. Particularmente, destaca-se as normas e políticas públicas. Para Bronfenbrenner (1996), o ideal é que a ciência e a política pública possuam relação de reciprocidade. Dessa forma, a política pública deve se basear no conhecimento científico, mas o conhecimento científico também pode se beneficiar da análise da política pública. Essa compreensão de uma relação mútua de ciência e política pública “resulta da inclusão, no modelo teórico do ambiente, de um nível de macrossistema envolvendo padrões generalizados de ideologia e estrutura institucional característicos de uma cultura ou subcultura” (BRONFENBRENNER, 1996, p. 9).

Desta forma, o levantamento prévio sobre a política de acessibilidade, tanto em nível federal como no âmbito da própria Universidade de Brasília, alertou a pesquisadora para ambientes críticos para o desenvolvimento dos ENEE’s, assim como, as interações acontecem nele, isto é, os processos proximais.

A interconexão se aplica não apenas aos ambientes isolados, mas com igual força e consequência aos vínculos entre os ambientes, tanto naqueles em que a pessoa em desenvolvimento participa diretamente quanto nos que talvez ela nunca entre, mas nos

quais ocorrem eventos que afetam aquilo que acontece no ambiente imediato da pessoa (BRONFENBRENNER, 1996).

2.5. REVISÃO LITERÁRIA SOBRE A INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR.

Para nortear o estudo, foi realizada uma revisão literária, com pesquisas publicadas entre 2015 e 2021 nas seguintes bases de dados: Scielo, Google acadêmico e Capes Periódicos, com palavras-chave sobre inclusão e acessibilidade no Ensino Superior. Os artigos selecionados para revisão literária foram aqueles que consideravam a percepção do estudante com necessidades educacionais específicas de modo geral, sem estar restrito a um tipo de deficiência ou necessidade, como por exemplo autismo ou surdez.

Os estudos listados apontam que, na percepção dos estudantes, ainda existem muitas barreiras e obstáculos a serem superados para o avanço de uma educação inclusiva. Em geral, é possível destacar a partir dos estudos mencionados no quadro acima que na percepção dos ENEE's os principais desafios e obstáculos que ainda existem no ambiente universitário.

QUADRO 1 - RESUMO DAS REVISÕES LITERÁRIAS

TEMA	AUTOR	RESUMO	BARREIRAS OU OBSTÁCULOS	PLATAFORMA
Acessibilidade em Instituição de Ensino Superior no Tocantins: relato de caso.	(Brito & Ferreira, 2021)	Verificar a inclusão em uma Instituição de Ensino Superior do Estado do Tocantins	Que existe falta de conhecimento e conscientização da população acadêmica em relação às necessidades educacionais específicas.	CAPES
Acessibilidade e Permanência no Ensino Superior: Percepção de estudantes com deficiência	(Garcia, Bacarin, & Leonardo, 2018)	Verificar como alunos com deficiência, de uma Instituição Pública de Educação Superior de uma cidade no interior do Paraná,	Que necessita do acesso ao ensino e aprendizagem mais flexível;	SCIELO

		percebem as reais condições de acesso e permanência na universidade.		
Desafios da Acessibilidade no Ensino Superior: Estudo de caso na Universidade de Aveiro	(Piveta, Almeida, Saito & Ulbricht, 2016).	Compreender o que uma instituição de ensino superior tem feito para que alunos com deficiência prossigam seus estudos, alcançando os níveis superior e de pós-graduação	Da mudança nas atitudes das pessoas, que ainda são discriminatórias e preconceituosas;	CAPES
Condições de acessibilidade na universidade: o ponto de vista de estudantes com deficiência;	(Silva, 2016)	Examinar como 14 universitários com deficiência analisam as condições de acessibilidade de três universidades públicas brasileiras	Falta de comunicação, informação sobre recursos tecnológicos na prática acadêmica;	Google Periódicos
Acessibilidade no ensino superior na perspectiva de alunos com deficiência: contribuições da psicologia escolar à luz da teoria	(Garcia R. d., 2016)	Avaliar a percepção de estudantes com deficiência sobre as condições de acessibilidade na universidade e o impacto em	Necessidade de se fazer ouvido e poder manifestar quais são suas reais necessidades;	Google Periódicos

histórico-cultural		sua formação acadêmica		
Inclusão no Ensino Superior: Percepção dos estudantes com necessidades educativas especiais sobre o ingresso na Universidade	(Santos, Gonçalves, Ramos, Castro & Lomeo, 2015).	Conhecer os principais suportes referenciados como essenciais para a inclusão.	Capacitação específica de docentes de modo a desenvolver competências e habilidades para atender a diversidade. E a necessidade de acessibilidade arquitetônica, pois as adaptações feitas ocorrem de maneira desorganizada e eventual.	CAPES

FONTE: Elaboração da pesquisadora.

3. CAMINHO METODOLÓGICO

O desenvolvimento de uma pesquisa científica envolve, dentre outras questões, a busca por informações necessárias para a realização de um estudo, de modo que possa produzir novos conhecimentos no sentido de poder atender ao interesse social, desafiar estruturas fossilizadas de desigualdades e exclusão social, e sugerir caminhos para a construção de uma sociedade preocupada e envolvida com o desenvolvimento humano em sua integralidade e de modo equitativo. Contudo, esse é o estágio final da pesquisa e seus possíveis impactos para o mundo real. Para alcançar esse estágio é preciso avançar consistentemente em uma trilha que envolve coleta e tratamento dos dados, técnicas para levantamento dos dados, etc.

O avanço metodológico é de extrema relevância para o alcance dos objetivos em uma pesquisa científica. De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 83), metodologia “[...] é um conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo [...], traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”.

O objeto da pesquisa foi analisar a percepção dos estudantes com necessidades educacionais específicas (ENEE’s)³, assistidos pela Diretoria de Acessibilidade da Universidade de Brasília (DACES), na expectativa de identificar quais as principais barreiras e obstáculos apontados sob a percepção dos ENEE’s, considerando o contexto do mundo da vida, no processo inclusivo, durante a formação acadêmica na Universidade de Brasília.

O trabalho realizado é de cunho qualitativo. O pesquisador, deve perceber a realidade que o cerca como possibilidade de dirigir seu olhar na compreensão de um fenômeno. Martins e Bicudo (1989) ampliam nossa compreensão sobre os recursos básicos na pesquisa qualitativa quando escrevem que em

“vez de dizer-se *pesquisa qualitativa* talvez fosse melhor dizer *análise qualitativa* na pesquisa, entendida como uma forma de trabalho metodológico das Ciências Humanas. Na atividade de pesquisa desenvolvida por essas ciências, o recurso básico e inicial utilizado é a descrição.” (MARTINS & BICUDO, 1989, p. 41)

³ Para fins da investigação o estudante assistido pela DACES, será identificado como Estudante com Necessidades Educacionais Específicas-ENEE, considerando a necessidade do estudante na sua deficiência física, como também da necessidade da deficiência intelectual.

Em virtude disso o pesquisador dispõe da possibilidade de coletar os dados pessoalmente, preferencialmente, no espaço onde o (a) participante vivencia a situação. Assim, é possível aplicar várias técnicas de pesquisa, buscando interagir com o participante e focando na acessibilidade. Além disso, “é possível extrair sentido, organizar, atribuir categorias e interpretar os dados em seu sentido mais amplo” (CRESWELL, 2010, p. 208).

O estudo possui uma abordagem fenomenológica. A fenomenologia é um método de investigação que busca compreender o fenômeno conforme é dado à consciência. Seus principais proponentes são Edmundo Husserl e Martin Heidegger. Alguns estudiosos distinguem entre fenomenologia descritiva e fenomenologia hermenêutica. Esse estudo será centrado na abordagem fenomenológica descritiva atribuída a Husserl (2014).

A abordagem fenomenológica desse trabalho de investigação é plausível, uma vez que estudar o fenômeno da acessibilidade envolve diversas facetas, desde superar a dicotomia eu/mundo ou sujeito/objeto, e buscar entender o mundo-da-vida estando situado nele, bem como desvelar as múltiplas relações que afetam negativa ou positivamente a vida do estudante. Colocando em relevo a necessidade da interação intersubjetiva para que o participante expresse sua experiência do seu mundo-da-vida, relatando como ele ou ela enxerga os aspectos da acessibilidade no ambiente universitário.

O mundo-da-vida é o horizonte em que a consciência se volta para as interações com pessoas, com ambientes e com objetos. O ambiente, por sua vez, exerce influência sobre o desenvolvimento da pessoa. Para explorar essa influência a pesquisa se fundamentou na teoria ecológica de Bronfenbrenner (1996). Para Bronfenbrenner (1996) os ambientes naturais impactam direta ou indiretamente o desenvolvimento humano.

3.1. LOCUS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada no campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília – UnB. É importante destacar que a UnB possui quatro Campi universitários: Faculdade de Planaltina, Faculdade do Gama, Faculdade da Ceilândia e o Campus Darcy Ribeiro. Todos eles estão localizados em diferentes Regiões Administrativas do Distrito Federal - DF. O Campus Darcy Ribeiro foi selecionado em virtude de a maioria dos cursos

presenciais serem ofertados ali, o que aumentaria as chances de conseguir mais participantes para a fase da coleta de dados.

Quando ENNE's ingressam na Universidade de Brasília, eles fazem cadastro junto à Diretoria de Acessibilidade (DACES). A DACES é responsável por promover ações para apoiar o acesso e a permanência do ENNE na Universidade. Em virtude disso, a DACES foi procurada para apoio de intermediação entre os estudantes e a pesquisadora no intuito de tornar o estudo viável.

3.2. PARTICIPANTES DA INVESTIGAÇÃO

O interesse principal da pesquisa foi desvelar a percepção dos estudantes com necessidades educacionais específicas, no que tange ao rompimento das barreiras de acessibilidade no âmbito da UnB. A acessibilidade na Universidade de Brasília é regulamentada pela Política de Acessibilidade que tem como objetivo universalizar entre as unidades acadêmicas a promoção da inclusão e acessibilidade para os estudantes com necessidades educacionais específicas.

3.2.1. Primeira etapa: seleção dos participantes

Primeiramente, visando selecionar o participante da pesquisa, foi elaborado um questionário para levantamento de interesse em participar da investigação e dos dados para estabelecer o perfil do entrevistado. O questionário foi elaborado na plataforma *Google Forms*. Além da consulta sobre interesse, no questionário era possível manifestar concordância em participar da entrevista semiestruturada, ciência do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE e fornecer autorização para disponibilização do e-mail para a pesquisadora. Por fim, apresentava os riscos e benefícios da pesquisa. A DACES enviou o questionário por meio de link para todos os estudantes cadastrados na diretoria.

Após o período estabelecido para recebimento do questionário consulta, em 28 de outubro de 2021, vinte e um (21) estudantes de vários cursos de graduação da UnB responderam ao questionário, todavia, apenas dezessete (17) aceitaram participar da investigação.

Feito o levantamento inicial de interesse, o passo subsequente foi envio de convite para participação na entrevista. O convite foi enviado para os dezessete (17) estudantes, no entanto apenas sete (7) estudantes aceitaram o convite. Nesse ínterim,

houveram três (3) desistências e disso resultaria a participação de apenas quatro (4) estudantes na entrevista. Porém, um estudante soube por meio de conversa entre pares que seria realizada entrevista sobre acessibilidade e se voluntariou a participar da entrevista. Resultou-se assim no total de cinco (5) estudantes para participar da segunda etapa do levantamento de dados.

Por conseguinte, será apresentado um quadro com a **descrição do perfil** do participante da entrevista que será designado um código de identificação composto pela letra (P) de participante seguido de um número sequencial baseado na ordem cronológica da entrevista.

QUADRO 2 - PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Local	Código	Gênero	Curso	Idade	Enee	Período do curso	Observação
UnB Darcy Ribeiro	P1	Feminino	Licenciatura em Química	20 a 30 anos	Outros	15°	
	P2	Feminino	Medicina	15 a 20 anos	Deficiência Física	3°	
	P3	Masculino	Medicina	30 a 40 anos	Deficiência Física	4°	
	P4	Masculino	Biotecnologia	Mais de 50	Déficit de atenção	4°	Segunda formação profissional
	P5	Masculino	Educação Física	30 a 40 anos	Deficiência Física	1°	Segunda formação profissional

FONTE: Elaboração da pesquisadora.

3.2.2. Segunda etapa: entrevista

Ainda na construção dos dados, cinco estudantes (05) participaram de uma entrevista semiestruturada, segunda etapa de recolha de dados do trabalho de investigação.

É importante destacar que, conforme estabelecido na Resolução nº. 466, de 12 de dezembro de 2012, do Ministério da Saúde, foi garantido o sigilo dos participantes em todas as etapas. Cada participante assinou Termo de consentimento Livre e Esclarecido –

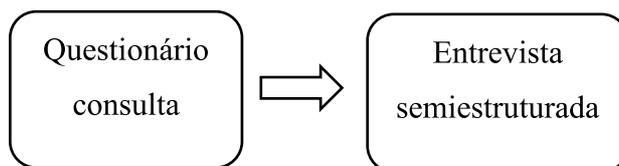
TCLE (Apêndice E, p. 69). No momento da entrevista semiestruturada foram prestados os devidos esclarecimentos referentes ao TCLE. Além disso, o projeto inicial do estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UnB, e teve parecer aprovado.

3.3. INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

Em virtude da pandemia do Covid 19 as etapas foram realizadas via remota, utilizando a plataforma *Google Forms* e a Plataforma *Teams*, seguindo as orientações do Ofício-Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS, de 24 de fevereiro de 2021. Em síntese, o Ofício-Circular prescreve procedimentos a serem adotados em pesquisas realizadas em ambiente Virtual.

A coleta de dados ocorreu em 2 etapas, a saber: *i)* Questionário Consulta de interesse; *ii)* Entrevista semiestruturada.

QUADRO 3 - INSTRUMENTOS DE COLETAS



FONTE: Elaboração da pesquisadora.

O questionário-consulta mencionado na primeira etapa foi utilizado para traçar o perfil dos participantes do trabalho de investigação. Por meio dele foi possível demarcar dados relevantes dos estudantes, tais como: gênero, faixa etária, curso de graduação e período que estava cursando, classificação do público atendido pelo DACES. É possível verificar o detalhamento dos dados dos respondentes no Quadro I contido no Apêndice A (p. 64).

3.4. ESTRUTURA DA ENTREVISTA

As perguntas para a entrevista foram elaboradas a partir de três eixos temáticos, com os seguintes tópicos: *i)* Inclusão e sugestões para melhoria da acessibilidade: condições para maior visibilidade dos ENEE's e sugestões a serem implementadas na UnB. O eixo pretendia identificar ações desenvolvidas ou que ainda poderiam ser realizadas pela UnB e que proporcionassem maior visibilidade para as questões de inclusão e acessibilidade no espaço acadêmico para o ENEE's; *ii)* Ensino e aprendizagem:

acessibilidade nos espaços acadêmicos e no acompanhamento da vida acadêmica dos ENEE's. No eixo 2, busca-se evidenciar a percepção dos ENEE para as barreiras de acessibilidade presente no cotidiano do estudante, durante o processo de aprendizagem; *iii*) Barreiras: barreiras físicas e de mobilidade no percurso acadêmico, envolvendo deslocamento ou de transporte na mobilidade do Campus. Foram elaboradas quatro perguntas que estão distribuídas do seguinte modo: 1 pergunta para o tópico *i*), 2 perguntas para o tópico *ii*) e 1 pergunta para o tópico *iii*), organizada conforme quadro abaixo:

QUADRO 4 - APRESENTAÇÃO DE EIXO TEMÁTICO E PERGUNTAS

EIXO TEMÁTICO	PERGUNTAS
Inclusão e sugestões para melhoria da acessibilidade: condições para maior visibilidade dos ENEE's e sugestões de melhorias para serem implementadas na UnB	1- Como você se posiciona em relação as ações que permitiriam possibilitar maior visibilidade para os estudantes com necessidades educacionais específicas, no espaço da UnB
Ensino e aprendizagem: acessibilidade nos espaços acadêmicos e no acompanhamento da vida acadêmica dos ENEE's	1- Como você se posiciona em relação a interação entre professores, alunos e técnicos administrativos, na UnB, entre aos estudantes com necessidades educacionais específicas? 2- Como você se posiciona quanto a capacitação dos técnicos administrativos, professores, em relação a ações inclusivas?
Barreiras: impacto das barreiras físicas e de mobilidade no percurso acadêmico	1- As condições arquitetônicas da UnB, oferece uma acessibilidade confortável aos estudantes com necessidades específica?

FONTE: Elaboração da pesquisadora.

Na etapa de análise dos dados as respostas fornecidas para cada eixo temático foram avaliadas considerando cinco tipos de possíveis barreiras de acessibilidade previstas na Política de Acessibilidade da UnB.

A Resolução do Conselho de Administração nº. 0050/2019 instituiu a Política de Acessibilidade da UnB. Essa Política é o principal instrumento para a promoção de Acessibilidade da UnB e, dentre outras coisas, preceitua que acessibilidade pode ser entendida:

[...] como toda e qualquer possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliário, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações disponíveis para a comunidade universitária. (Brasília, 2019)

Para os tipos de acessibilidades classificados pela Política de Acessibilidade da UnB a pesquisadora atribuiu uma sigla para a análise dos dados.

1. **Acessibilidade arquitetônica e urbanística - ACAQ:** aquela existente nos edifícios, nas vias e espaços abertos ao público ou de uso coletivo;
2. **Acessibilidade nos transportes - ACTP:** aquela existente nos sistemas e meios de transportes;
3. **Acessibilidade na comunicação e na informação - ACCI:** aquela existente nos sistemas de comunicação e tecnologia da informação, e no acesso à informação e ao conhecimento;
4. **Acessibilidade atitudinal - ACAT:** aquela existente nas atitudes e comportamentos, com vistas a garantir a participação social da pessoa com deficiência, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
5. **Acessibilidade pedagógica - ACPD:** aquela compreendida nos processos de ensino e aprendizagem, bem como no acompanhamento acadêmico dos estudantes, com vistas a prevenir situações de retenção e evasão.

A última etapa da recolha dos dados foi uma entrevista semiestruturada com 05 ENEE's. A entrevista foi realizada remotamente, pela plataforma *Teams*, com o consentimento prévio via e-mail ou contato telefônico. Houve agendamento em dias alternados, em horários diferentes, de acordo com a disponibilidade dos estudantes.

3.5. JUSTIFICAÇÃO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

A escolha da modalidade entrevista semiestruturada justificou-se pela possibilidade de haver manifestação espontânea do entrevistado sobre o tema estudado e, também, por permitir maior flexibilidade entre o pesquisador e o entrevistado durante a abordagem das perguntas.

Um fenômeno pode apresentar-se de diferentes modos para os indivíduos. Dois indivíduos olhando para a mesma mesa não podem ter a mesma visão, pois eles não podem estar no mesmo lugar ao mesmo tempo e isso faz com que cada um olhe para a

mesa de um ângulo diferente. Fenomenologicamente, isso pode ser denominado como modo de aparecer e um modo de aparecer “significa que uma coisa experienciada [...] é experienciada de múltiplas maneiras de diferentes perspectivas, por uma ou por muitas pessoas. Isso significa que uma coisa tem vários modos de aparecer, os quais fornecem a ela uma identidade” (BEVAN, 2014).

Nesse sentido, tendo em vista o objeto da presente pesquisa, as perguntas pré-definidas de acordo com os eixos temáticos fornecem o ponto de partida para desvelar a experiência do estudante face à acessibilidade, ao passo que perguntas adicionais fora do roteiro planejado poderiam ser feitas abrindo espaço para esclarecimentos e aprofundamentos relativos à experiência dos participantes. De acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 426), as entrevistas semiestruturadas “[...] se baseiam em um roteiro de assuntos ou perguntas e o entrevistador tem a liberdade de fazer outras perguntas para precisar conceitos ou obter informações sobre o tema desejado”.

3.6. PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DE DADOS

Na presente seção realizaremos a análise dos dados. No primeiro momento foi implementada a coleta de dados através de entrevista semiestruturada, centrada na abordagem da fenomenologia. A fenomenologia é a ciência que estuda o fenômeno da consciência, tal como ela é percebida. Seus principais proponentes são Husserl e Heidegger.

Este estudo, por meio da redução fenomenológica, permitiu superar certos pressupostos, crenças e preconceitos, capacitando uma escuta ativa, procurando compreender, a partir das experiências dos participantes, o modo como o estudante, com necessidades específicas, percebe o fenômeno da acessibilidade, no contexto em que ele se encontra inserido. Ou seja, a imparcialidade foi implementada, como primeiro recurso, na coleta de dados, uma vez que, no espaço da fenomenologia o pesquisador não se preocupa com a evidencia que possa comprovar uma hipótese pré-estabelecida antes do início do estudo.

Assim, o escopo da coleta de dados, foi realizada a partir de entrevistas semiestruturadas dentro da abordagem fenomenológica, na qual mediante perguntas pré-definidas o participante foi direcionado para o fenômeno que estava sendo investigado.

Na segunda fase, para o tratamento de dados, foram feitas as transcrições e a leitura detalhada das entrevistas, buscando identificar a unidade de significado. A unidade de significado consiste em trechos das transcrições pertinente ao objeto de estudo, seguido da codificação. A codificação compreende a transposição da linguagem cotidiana do participante para a linguagem técnica de uma área de conhecimento específica (BEVAN, 2014). No caso do presente estudo, a linguagem técnica abrangeu, compreendeu a área de conhecimento da Educação e orbitando em torno dos aspectos de inclusão, diversidade, política pública e gestão da educação. No que se refere à política pública, pode-se destacar o uso predominante dos termos compreendidos na Política de Acessibilidade da UnB. Em seu caráter interdisciplinar, o estudo buscou, ainda integrar a linguagem à teoria bioecológica do desenvolvimento humano já discutida em seções anteriores.

Conforme enfatizado nas seções anteriores, a entrevista buscou desvelar a percepção dos ENEE's acerca da inclusão e da acessibilidade no âmbito da UnB. Esse desvelamento faz-se necessário pelo fato óbvio de que os “atos de consciência através dos quais o mundo e o que quer que ele contenha torna-se acessível para nós [...] permanecem encobertos, não tematizados e, de uma certa forma, escondidos” (GIORGI, 1978, p. 141-142). A partir desse desvelamento do mundo experienciado é que a análise se torna possível. Ao mesmo tempo, o método de análise na abordagem fenomenológica é reflexivo (BEVAN, 2014). A reflexão é iniciada pelo participante da investigação e é, ao mesmo tempo, uma interpretação primária. Contudo, essa reflexão primária não ocorre em um vácuo epistemológico. Antes, ela é direcionada a partir do fenômeno investigado. Em outras palavras, os atos da consciência precisam ser tematizados.

Na tentativa de acessar essa percepção que de certo modo está oculta, a pesquisa utilizou-se dos eixos temáticos previstos na Política de Acessibilidade da UnB. O corolário dessa tematização é a formulação de categorias de análise consistentes com os eixos temáticos propostos. Desse modo, a codificação buscou identificar, a partir da experiência relatada, as barreiras correspondentes. Além disso, foi possível elaborar um quadro-resumo com dados da entrevista sintetizados e organizados de tal modo que permita a reflexão das barreiras supracitadas e o modelo pessoa, processo, ambiente e tempo (BRONFENBRENNER, 2005) da teoria bioecológica do desenvolvimento humano.

No quadro foi categorizada a percepção dos ENEE's (experiência/unidade de significado) a partir das barreiras (codificação) presentes nas relações interpessoais e ambientais (pessoas/objetos/ambiente). Elementos que não se enquadram na categoria pessoa ou ambiente foram categorizados como Objetos. Essa categoria pode compreender aquilo que Bronfenbrenner (1996) denomina “propriedades objetivas do ambiente”, uma vez que se relaciona a objetos ou aspectos que dependem de objetos que estão dispostos em ambientes.

Os resultados na seção seguinte serão apresentados a partir de resumo parafraseado ou contendo citação direta das respostas dos entrevistados em conjunto com a discussão sobre os principais pontos relatados. A discussão foi estruturada sob o título dos três eixos-temáticos.

O resumo parafraseado das respostas obtidas, a citação direta e o quadro-resumo contendo a codificação da experiência verbalizada formam, em conjunto com a análise, um espectro geral a partir do qual podemos inferir a validade dos resultados.

QUADRO 5 - UNIDADE DE SIGNIFICADO E CODIFICAÇÃO

	Experiência/ Unidade de Significado	Codificação
Pessoas	Atitudes: capacitismo, vitimismo, capacitação, respeito, acolhimento, interação.	ACAT
	Comunicação/informação: divulgação, debate, tecnologias assistivas, legislação.	ACCI
	Didática pedagógica: acompanhamento, tempo adicional, tutoria, recursos tecnológicos.	ACPD
Ambientes	Espaço físico: adequação de sala de estudo, calçadas.	ACAQ
Objetos	Mobiliários, Elevador, Transporte	ACCI

FONTE: Elaboração da pesquisadora.

4. DISCUSSÃO E RESULTADOS

Na presente seção apresentaremos, de forma sucinta, as discussões e resultados.

É possível inferir que na percepção geral dos entrevistados o fator de maior impacto para o desenvolvimento durante o percurso acadêmico são as barreiras atitudinais no contexto do microsistema. Além disso, a maioria dos entrevistados acredita que a Universidade é acessível e promove a inclusão, mas ainda existe espaço para avanços e obstáculos a serem superados. Conforme relata P1: *“A UnB tem tudo para ser inclusiva, e é na verdade, deixa uns pontinhos, mas que dá para melhorar, mas ela é bastante inclusiva em relação as outras”*.

EIXO 1 - Inclusão e sugestões para melhoria da acessibilidade: condições para maior visibilidade dos ENEE's e sugestões de melhorias para serem implementadas na UnB.

No contexto desse eixo temático é possível observar que a percepção dos entrevistados envolve interações de microsistemas – que formam o mesossistema – e questões relacionadas aos ambientes de alcance mais amplo como o exo- e o macrosistema.

No âmbito das interações de ambientes nos quais os entrevistados atuam diretamente destaca-se a necessidade de maior integração entre as estruturas organizacionais, seja em termos de responsabilidade ou de divulgação sobre tópicos que envolvam a pessoa com deficiência. O entrevistado P1, por exemplo, manifestou que o acolhimento e acompanhamento dos ENEE's não deveria ficar restrito à DACES, mas deveria ser um esforço compartilhado com as unidades acadêmicas.

Em relação ao exossistema, isto é, ambientes em que o estudante não atua diretamente, ressalta-se a importância de romper visões distorcidas ainda presentes na sociedade. Conforme pontua P2, faz-se necessário combater o capacitismo: *“Então assim, o capacitismo é uma coisa que primeiramente precisa ser abordado para a gente conseguir elaborar ações, para conseguir dar mais visibilidade, porque para mim o problema começa quando ele nem sequer é debatido”*. O capacitismo é uma barreira

atitudinal que se refere ao modo a partir do qual a pessoa com deficiência é vista. Em decorrência do capacitismo, pessoas com deficiências são vistas como incapazes ou menos capazes. Conforme assevera Bonfim *et al* (2021), o capacitismo é uma postura segregacionista e pode ter impactos no que diz respeito à escolha do curso, pois uma vez que a pessoa é vista como incapaz isso pode afetar a autoconfiança e redundar em escolha de outros cursos diferente do desejado ou mudança de curso.

Por fim, no âmbito do macrossistema é preciso mencionar que a concretização da política pública já existente às vezes é deixar de ser aplicada em virtude de seu desconhecimento. O estudante P3, por exemplo, relata que há/normas que regulamenta os direitos acadêmicos, como Resolução do CEPE nº 48/2003, que asseguram determinados direitos para as pessoas com deficiência, mas que são desconhecidas por alguns docentes. Além disso, é preciso ter mecanismos de controle mais efetivo no que diz respeito à implementação da política pública, pois há casos em que mesmo havendo conhecimento da lei o docente acaba assumindo uma prerrogativa de autonomia (ser lei para si mesmo) conforme observa P3.

Para esse eixo, destaca-se as seguintes sugestões para se romper a invisibilidade estrutural dos ENEE's e torná-los protagonistas: debates sobre acessibilidade, conscientização acerca dos impactos negativos do capacitismo e ampla divulgação acerca dos serviços ofertados pela DACES. Ressalta-se a importância dessa ampla divulgação, pois conforme os resultados apresentados na dissertação de Carvalho (2015) a divulgação dos serviços institucionais atua como um facilitador do percurso acadêmico do estudante.

EIXO 2 - Ensino e aprendizagem: acessibilidade nos espaços acadêmicos e no acompanhamento da vida acadêmica dos ENEE's.

As questões levantadas no eixo 2 abordavam à capacitação de docentes e técnicos e à interação com docentes, técnicos e alunos no convívio acadêmico. As perguntas buscaram clarificar a percepção dos ENEE's relativa às barreiras de acessibilidade presente no cotidiano do estudante, durante o processo de aprendizagem.

Concernente à capacitação, para os estudantes, as ações na universidade ainda são escassas. Eles acreditam que ações de capacitação trariam impactos positivos para o atendimento, comunicação, modos de tratamento etc. Conforme opina P5, é necessário: *“Ter uma atualização constante, uma capacitação constante ali para estar reforçando inclusive as atitudes proativas que têm que ser tomadas ali em relação ao grupo, né, com*

alguma necessidade especial”. A capacitação de técnicos e docentes fornece contexto para reflexão e fomenta a oportunidade de repensar crenças equivocadas e práticas adotadas tanto no atendimento quanto no processo de ensino-aprendizagem.

A partir dos relatos é possível identificar que a interação correlaciona as experiências vividas no âmbito do ambiente mediato e imediato, (sala de aulas, secretarias de suas unidades acadêmicas). Em síntese, os relatos ressaltam as atitudes, eventos, ou situações vividas e a percepção varia de acordo com o contexto, isto é, ora o estudante destaca os pontos positivos ora pontos negativos. Os relatos envolviam questões tais como a importância do acolhimento, respeito, ou situações que envolviam barreiras conforme pode ser visto na fala de P4: *“Vou te falar viu teve uma grande maioria de acolhimento, facilidade, comunicação, respeito, mas poxa tiveram casos assim [...] parece que tinha uns que estragava com tudo mesmo”*.

No tocante à interação interpessoal, as barreiras são acentuadamente atitudinais, mas envolvem também questões associadas à acessibilidade pedagógica, comunicacional, informacional e tecnológica. Algumas vezes, o estudante relata um evento que envolve tecnologia, mas é possível perceber que o problema reside no uso que se faz da tecnologia e não na tecnologia em si. A fala de P4 ressalta esse aspecto:

Eu tenho que pedir para PPNE informar para pessoas que eu tenho algum tipo de TDH para eu poder gravar aula? Os alunos normalmente não podem gravar aula e os professores não aceitam que gravem as aulas. Hoje a gente tem muito professor desatualizado dentro da UnB com relação ao uso das tecnologias e eu volto a dizer quem tem TDH tem uma dependência muito grande de poder rever esses conceitos e essas disciplinas.

Outros eventos representavam desrespeito com os estudantes em sala de aula. Um dos estudantes se queixa em virtude de o docente resolve agir de modo autônomo (ser a medida normativa para si mesmo), ou quando o colega trata com vitimismo, conforme explica P2: *“[...] porque eu preciso de muitas adaptações, tempo extra e tudo mais, meus colegas falavam que é privilégio e ficava questionando, os professores não seguiam, eu tinha direito uma hora a mais e me davam 15 minutos, meia hora a mais, e falava que estava cumprindo sim [...]”*.

Também é possível destacar os aspectos positivos que foram relatados. Alguns estudantes enfatizam situações de acolhimento por parte de docentes e técnicos quando são sensíveis às necessidades dos estudantes, como pontua P4: *“[...] e eu falei vou precisar de um tutor, ele simplesmente falou que nós não temos tutor para metabolismo,*

e eu vou resolver isso para você eu vou dar aula para você”.

As atitudes experienciadas na sala de aula também podem envolver barreiras pedagógicas, como a falta de tutoria ou quando o estudante precisa de tempo extra, mas isso lhe é negado ou concedido de modo inadequado. Tais direitos estão regulamentados na UnB, de acordo com a Resolução do CEPE n. 48/2003 e Resolução do CEPE n. 10/2007, porém notadamente há percalços no que tange à implementação ou falta de conhecimento sobre a política já existente.

Bronfenbrenner (1996) reforça a importância de interações interpessoais para concretizar o desenvolvimento humano. Ele realça que o processo desenvolvimental pode avançar ou ser interrompido a depender do papel assumido pelos envolvidos. As pessoas podem ser omissas ou desempenharem papel perturbador e isso interrompe o desenvolvimento. Por outro lado, elas podem desempenhar um papel apoiador. Conforme podemos observar no estudo de Matta *et al* (2017), os relacionamentos interpessoais podem ser um fator determinante no que tange à evasão escolar.

EIXO 3 - Barreiras: impacto das barreiras físicas e de mobilidade no percurso acadêmico.

No contexto desse eixo temático os estudantes destacaram barreiras arquitetônicas tais como calçadas irregulares, piso tátil que precisa de manutenção. Conforme observa P2: *“A questão também do piso tátil, para as pessoas com baixa visão ou cegueira, que fica na entrada, às vezes começa ali em algum ponto, mas simplesmente não termina, não tem continuidade do piso”*. Elevadores que não funcionam ou são usados como depósitos para materiais de limpeza ou para realizar carga e descarga de material. As salas de aula não possuem cadeiras e mesas adaptadas e não local para guarda de material ou próteses utilizadas por alguns ENEE’s.

Além disso, não existem salas reservadas para estudo como destaca P1: *“[...] no PPNE tem uma sala, mas muita gente conversando para caramba. Na biblioteca sempre tem alguém”*. A questão de haver sala reservada pode ser melhor compreendida quando consideramos que algumas necessidades educacionais específicas estão relacionadas à dificuldade de concentração e, conforme pontua Haag (2020), o ruído pode afetar o processo de ensino-aprendizagem.

Outra barreira de acessibilidade percebida pelo entrevistado e que pode ser caracterizada como uma experiência vivida no mesossistema é a barreira de transporte relacionada à questão de mobilidade no campus da UnB. O P2 e outros participantes argumentaram que a universidade é muito grande, que a locomoção entre as unidades acadêmicas fica bastante prejudicada, principalmente para o pedestre, que precisa executar uma atividade acadêmica dentro do campus e dispõe de pouco tempo para a locomoção. Relataram que nas vias públicas, as calçadas não são apropriadas para um estudante cadeirante ou com mobilidade reduzida, que não possuem passarelas cobertas entre um prédio e outro ou até mesmo não há uma calçada ligando um prédio no outro. E que ainda existe uma dificuldade para a utilização do transporte disponibilizado pelo DACES, justificando que o agendamento do transporte é muito burocrático.

5. PRODUTO TÉCNICO

A investigação realizada, discussões e resultados obtidos dialogam com a teoria bioecológica de Bronfrenbrenner (1996) realçando a importância de fatores presentes nas interações pessoais e ambientais no desenvolvimento dos estudantes com necessidades educacionais específicas.

Em relação ao ambiente foi possível compreender que a acessibilidade está atrelada não apenas ao ambiente imediato do estudante, mas existem também ambientes nos quais o estudante não participa diretamente e ainda assim afetam o seu desempenho no percurso acadêmico. Tais ambientes, por exemplo, como a prefeitura do campus que é responsável por realizar as manutenções de calçadas, barreiros, pisos etc, Decanatos que criam normas e regulamentações internas, que podem exemplificar o exossistema, o macrossistema ou ainda a interação entre eles.

No que diz respeito ao macrossistema, vale lembrar que ele é constituído a partir de crenças, cultura, ideologias e política. Na esfera da política pública, destacou-se a importância da reflexão na pesquisa científica sobre aspectos relativos à política ser um ponto crítico para o desenvolvimento no espaço universitário. Outrossim, uma vez que o macrossistema causa impacto nos subníveis ambientais é de suma importância que a política pública esteja baseada, sempre que possível, nas pesquisas desenvolvidas e possa então influenciar o ambiente imediato do ENEE.

Tendo em vista esse modelo em que o ambiente é entendido não apenas no seu alcance micro, mas também no seu amplo alcance denominado macrossistema e considerando que o macrossistema forma um padrão de consistência nos subníveis envolvendo fatores das culturas, das crenças gerais e da política. O produto técnico focará em questões do macrossistema que afetam o desenvolvimento dos estudantes com necessidades educacionais específicas.

A partir da reflexão focada nas políticas existentes em nível federal e aquelas forjadas no seio da própria Universidade de Brasília, constatou-se os pontos críticos para o desenvolvimento dos ENEE's. Estes estão sintetizados naquilo que a política de acessibilidade denomina barreiras. Tais barreiras fornecem um princípio direcional para verificarmos no ambiente objetivo os pontos que precisam de intervenção estatal para remover as barreiras e promover a acessibilidade e inclusão.

O que realmente importa para avançar na oferta de acessibilidade, mobilidade e inclusão é o ambiente vivenciado pelos ENEE's. Na presente pesquisa esse ambiente foi denominado ambiente fenomenológico e ele deve ser o foco de futuras políticas públicas e da gestão universitária. Isso significa que os ENEE's precisam ser ouvidos e participar do processo de discussão, formulação e implementação das ações de gestão. Essa participação na estrutura formal da universidade é a espinha dorsal da gestão democrática.

Nesse sentido, esta pesquisa foi desenvolvida buscando compreender a percepção dos ENEE's e só pode ser consolidada se conseguir enfatizar a importância de o ENEE's estar envolvido no processo de inclusão. Nesse contexto e tendo como alvo o macrossistema, especificamente no que diz respeito à política social, a sugestão extraída dos resultados desta investigação é que a política da UnB tem o potencial de afetar o desenvolvimento do estudante com necessidades educacionais específicas, sobretudo no que tange a sua participação no processo construtivo, em ações ou discussões que dizem respeito à acessibilidade e à inclusão no âmbito dos Colegiados da própria Universidade e dos centros acadêmicos.

Para se expressar em termos mais 'concretos', a sugestão acima culmina na proposta de inserção de uma "Cláusula garantidora" na Resolução do Conselho de Administração nº 00050/2019, assegurando a participação dos ENEE's, mediante manifestação de interesse, junto aos Órgãos colegiados da UnB.

Tal prerrogativa garantiria a representatividade de um grupo minoritário de estudantes que apresentam necessidades educacionais específicas mediante a sua participação efetiva na reestruturação da política de acessibilidade da UnB. Essa representatividade, ausente do Estatuto da UnB e dos regulamentos que regem a educação inclusiva, possibilitaria que os ENEE's possam compartilhar seu conhecimento, suas experiências suas dúvidas, proporcionando uma discussão mais aprofundada quando as decisões versarem sobre o tema da inclusão e da acessibilidade, no intuito de poder minimizar barreiras de acessibilidade presentes no ambiente universitário.

Por fim, tendo como base os resultados da presente pesquisa, como contribuição da pesquisadora, apresento algumas recomendações feitas pelos participantes da pesquisa, todos eles ENEE's. Na percepção deles tais recomendações representam fatores diferenciais para a minimização de barreiras de acessibilidade presentes no ambiente acadêmico durante a formação acadêmica.

Também se recomenda a criação de liga para estudantes com necessidades educacionais específicas. Essa sugestão está situada no contexto de ações que possibilitam maior visibilidade e representatividade desse grupo. Romper com a invisibilidade estrutural dos ENEE's é quebrar o paradigma do capacitismo, ainda presente no ambiente universitário. Desta forma, abre portas para o protagonismo dos ENEE's em seu percurso acadêmico.

Em virtude da dificuldade para obter acesso ao serviço de tutoria, foi aconselhada a criação de banco de tutoria, contando o nome e contato das pessoas interessadas em atuar como tutor, para que os estudantes ingressantes na universidade pudessem consultar tutores cadastrados. Além disso, esse banco de dados possibilitaria descobrir quais tutores estão disponíveis no momento da busca e, a partir dos contatos disponibilizados, seria possível realizar consulta sobre o interesse em atuar como tutor na situação específica.

Outra recomendação destacada foi atualização do sítio da UnB, principalmente da DACES. Essa atualização refere-se principalmente à inserção de recursos de tecnologias assistivas⁴. De acordo com o participante da investigação, os recursos

⁴ Tecnologia Assistiva - TA é um termo ainda novo, utilizado para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão. (BERSCH & TONOLLI, 2006)

disponíveis na página do DACES estão desatualizados, explicando que já existe no mercado diversos recursos tecnologias mais modernos, inclusive disponibilizados pelo Ministério da Educação - MEC. O participante da investigação que fez a recomendação se dispôs a contribuir com essa demanda em virtude de possuir formação profissional nessa área.

Em relação às questões de interação e acolhimento recomendou-se que a Diretoria compartilhasse essa ação com as unidades acadêmicas da UnB. O estudante proponente, entende que em todas as unidades acadêmicas da UnB existem grupos de estudos, vinculados a programas de pós-graduação, que atuam na área da inclusão e que estes grupos, juntos com os ENEE's poderiam otimizar a integração do ENEE ingressante em suas respectivas Unidades Acadêmicas.

No contexto da capacitação, os participantes recomendaram incentivar a capacitação para os docentes e técnicos administrativos no tocante as necessidades educacionais específicas. Também ressaltaram a importância de haver capacitação quanto a utilização dos recursos tecnológicos e principalmente ações de combate ao capacitismo por ser uma prática corriqueira, porém desconhecida por grande parte da sociedade.

Além disso, foi sugerido que se deve ampliar a oferta de vagas para o ingresso de pessoa com deficiência no ensino superior sob o fundamento de que quanto maior for a participação de ENEE's convivendo no ambiente universitário existiriam maiores possibilidade de criar um ambiente inclusivo.

É de suma importância que os estudantes participem na própria construção de uma universidade inclusiva, refletindo junto a toda comunidade acadêmica e também junto as estruturas burocráticas da Universidade, sobre o respeito às diferenças. A academia não é fundada sobre uma pedra monolítica incapaz de ser desafiada. Antes, seu refrão e sua prática são uníssonos na direção da inclusão.

É enriquecedor quando as diferentes perspectivas ganham espaço para interação, promovendo assim o debate para que todos se esforcem na compreensão e na adoção de medidas que possibilitem o desenvolvimento, proativo, tendo em vista as limitações e as habilidades individuais. O envolvimento dos estudantes nas decisões burocráticas, preconiza a participação ativa, espinha dorsal da gestão democrática, fornecendo a oportunidade de a criatividade, indo ao encontro da coisa mesma de forma direta, sem

pressupostos que condicionem o estar-no-mundo, transformando, por meio da participatividade, a consolidação de um ambiente mais acolhedor, acessível e inclusivo.

5.1. Modelo do documento da Cláusula Garantidora

Art. 1º- Cláusula garantidora: "Fica assegurada, mediante manifestação de interesse, a participação de estudante com necessidades educacionais específicas como membro nas instâncias colegiadas da Universidade de Brasília"

Parágrafo único: Em havendo mais de uma manifestação de interesse para participação no mesmo órgão colegiado, o presidente do colegiado definirá critérios para a escolha de um representante.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa possibilitou desvelar a percepção de estudantes com necessidades educacionais específicas a respeito da acessibilidade e da mobilidade no Campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília. O estudo proporcionou a oportunidade de escutar ativamente os ENEE's e a partir dessa escuta ativa identificamos barreiras atitudinais e de outras modalidades que causam impacto no cotidiano desses estudantes.

O estudo realizado propiciou uma compreensão mais adequada sobre o fenômeno investigado e permitiu esboçar uma resposta não apodítica ao problema proposto. Na percepção do estudante com necessidades educacionais específicas a UnB apresenta normas e regulamentação específica, no atendimento as questões relativas a acessibilidade e mobilidade. Não obstante, tal percepção dos ENEE's é complementada pela noção de que ainda existem barreiras e obstáculos a serem superados, principalmente no que concerne às barreiras atitudinais que causam impactos implícita ou explicitamente no ambiente imediato da pessoa em desenvolvimento.

Esse conjunto de interações vivenciadas pelos ENEE's compreende fatores ambientais e pessoais que exercem impacto em seu percurso acadêmico. Esse caráter situacional da pesquisa reforça a relevância do modelo bioecológico do desenvolvimento humano proposto pelo teórico Bronfenbrenner (1996) e utilizado durante a investigação para ganhar profundidade em termos de compreensão do processo de interconexão envolvida nas dinâmicas das relações interpessoais e contextuais. O modelo permitiu formular um pano de fundo sob o qual reluz a percepção do estudante, formando assim um quadro mais completo sobre os fatores que interferem em seu desenvolvimento.

Nesse pano de fundo, o microssistema apareceu como centro de gravidade, dando destaque as interações pessoais que permeiam a percepção que o estudante com necessidades específicas faz dos contextos e sistemas interconectados no espaço universitário. Percepção advinda ou fomentada pela garantia de participatividade com a política pública, de respeito ao diferente, permitindo uma possível alteração da política de acessibilidade da Universidade de Brasília. Ou seja, como explicita Bronfenbrenner (2005, p .27).

[...] seres humanos criam os ambientes que moldam o curso do desenvolvimento humano. Suas ações influenciam os múltiplos laços físicos e

culturais da ecologia que os molda, e tais ações fazem humanos – para melhor ou pior – produtores ativos de seu próprio desenvolvimento.

O resultado do estudo possibilitou identificar que os ENEE's possuem necessidades específicas, que criam espaços e ambientes diferentes de percepção que, no entanto, alguns desses ambientes são percebidos de modo semelhante por alguns estudantes, permitindo uma aproximação dos reais fatores que afetam seu percurso acadêmico em geral. Assim, pode-se compreender que um desses fatores que unifica a percepção desses estudantes, é o de rompimento de barreiras. Rompimento das barreiras, que ainda presentes no cotidiano do espaço universitário, seja em virtude da falta de equipamentos adaptados ou da existência de espaço físico inacessível ou da falta de informação, criam problemas ou obstáculos na interação com o próximo.

Ainda, o estudo permitiu perceber a interação interpessoal, entre ENEE's e a comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnicos administrativos) revela uma gama tão ampla de diversidade que mais uma vez se faz urgente o respeito pelas diferenças, uma vez que, em meio a essa diversidade, permanecemos humanos e em uníssono devemos, com dignidade, compreender os enunciados das leis que regulam o convívio social. Isso permite antever unidade em meio a multiplicidade e esse equilíbrio precisa permear a educação. Porquanto, conforme pondera Morin (2000, p. 55), o propósito da educação é:

[...] cuidar para que a ideia de unidade da espécie humana não apague a ideia de diversidade e que a da sua diversidade não apague a da unidade [...] compreender o humano é compreender sua unidade na diversidade, sua diversidade na unidade [...] A educação deverá ilustrar este princípio de unidade/diversidade em todas as esferas.

Um espaço inclusivo, assim, entendemos, depende do rompimento de paradigmas enraizados na sociedade, com o respeito à diversidade proporcionando a mudança de comportamentos, por meio de ações, no espaço universitário, como, por exemplo, o da ampla divulgação sobre o tema da inclusão e da acessibilidade, permeando discussões sobre os temas ligados a diversidade e a autonomia pessoal.

No entanto, consideramos que não foi possível desenvolver um estudo mais aprofundado sobre a teoria ecológica de Bronfenbrenner e as interações intersistêmicas, a exemplo de algumas questões envolvendo eventos que ocorre no âmbito do exossistema, que interferem no ambiente acadêmico. Para exemplificar, nossa colocação, um dos estudantes relatou que o elevador estava sendo utilizado como depósito de

material de limpeza, acentuando a necessidade adaptações ou modificações arquitetônicas por parte da UnB. Também consideramos que poderiam ser implementadas investigações sobre a formação continuada que os funcionários da UnB entenderem necessárias para proceder, de forma mais acertada, com relação ao atendimento das necessidades específicas que alguns apresentam.

No âmbito do mesossistema, existem interações que também poderiam ser investigadas a exemplo de que forma o espaço familiar e/ou de trabalho afeta seu desempenho acadêmico? De que forma empresas com horários flexíveis ou inclusivas exercem impacto na performance do estudante? De que forma, familiares e/ou amigos, incentivam e contribuem no desempenho acadêmico do estudante? Concluindo que estes e outros questionamentos, ilustram a fecundidade da teoria bioecologia do desenvolvimento humano no intuito de poder desvelar o real sentido de um fenômeno quando os agentes desse fenômeno falam por si mesmos.

REFERÊNCIAS

BERSCH, R.; TONOLLI, J. C. **O que é Tecnologia Assistiva?**. 2006. Disponível em: < <http://www.bengalalegal.com/tecnol-a.php2006> >. Acesso em 27 maio. 2022.

BEVAN, M.T. A method of phenomenological interviewing. **Qualitative Health Research**. 2014 Jan;24 (1) 136-44. doi: 10.1177/1049732313519710. Epub 2014 Jan 10. PMID: 24413767.

BONFIM, C. S.; MÓL, G. d.; PINHEIRO, B. C. A (In)Visibilidade de Pessoas com Deficiência Visual nas Ciências Exatas e Naturais: Percepções e Perspectivas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Scielo, 2021. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbee/a/dsTvqBK8jMhc3rK6xQHWYMS/?lang=pt> > Acesso em 19 de maio de 2022

BRASIL. **Lei nº. 4.024, de 20 de Dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Planalto, Brasília, DF, 1961,. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm > Acesso em 24 de Maio de 2022.

BRASIL. **Declaração de Salamanca**. 1996, Ministério da Educação. Disponível em: < [/http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf) > Acesso em 24 de maio de 2022.

BRASIL. **Lei 9. 394, de Dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Planalto, Brasília, DF, 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm > Acesso em 24 de maio de 2022.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Planalto, Brasília, DF, 1999. Disponível em : < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm > Acesso em 20 de Maio de 2022.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Planalto, Brasília, DF, 2009. . Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm > Acesso em 20 de Maio de 2022.

BRASIL. **Decreto Nº 7611, DE 17 de Novembro 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Planalto, Brasília, DF, 2011. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm > Acesso em 24 de Maio de 2022.

BRASIL. **Lei 12.587, de 3 de Janeiro de 2012.** Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e dá outras providências. Planalto, Brasília, DF, 2012. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112587.htm > Acesso em 24 de maio de 2022.

BRASIL. **Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012.** Trata de pesquisas em seres humanos e atualiza a resolução 196. Conselho Nacional de Saúde, 2012. Disponível em: < <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf> > Acesso em 24 de Maio de 2022.

BRASIL. **Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior SECADI/SESu-2013.** Ministério da Educação, 2013. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192 > Acesso em 25 de Maio de 2022.

BRASIL. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (2007).** Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009; Declaração Universal dos Direitos Humanos. Vitória: Ministério Público do Trabalho, Projeto PCD Legal, 2014. 124p. Disponível em: < <http://www.pcdlegal.com.br/convencaoonu/artigo/educacao/?versao=convencional#.Yo169qjMLIV> > Acesso em 24 de maio de 2022.

BRASIL. **Lei nº. 13.005, de 25 de Junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Planalto, Brasília, DF, 2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm > Acesso em 23 de Maio de 2022.

BRASIL. **Lei nº. 13.146 de 6 de Julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Planalto, Brasília, DF, 2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm > Acesso em 24 de Maio de 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Planalto, Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. > Acesso em 23 de Maio de 2022.

BRASIL. **Lei nº. 13.409, de 28 de Dezembro de 2016**. Dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Planalto, Brasília, DF, 2016. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113409.htm > Acesso em 24 de Maio de 2022.

BRASIL. **Ofício-Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS, de 24 de fevereiro de 2021**. Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual. Ministério da Saúde, Conselho de Saúde, Brasília, DF, 2021. Disponível em: < http://conselho.saude.gov.br/images/Oficio_Circular_2_24fev2021.pdf > Acesso em 24 de Maio de 2022.

BRITO, G. F.; FERREIRA, E. M. **Acessibilidade em Instituição de Ensino Superior no Tocantins: relato de caso**. Periodicos capes, 2021. Disponível em: < <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez54.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscaador-primo.html> > Acesso em 25 de Maio de 2022.

BRONFENBRENNER, U. **A Ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRONFENBRENNER, U. (Ed.). **Making human beings human: bioecological perspectives on human development**. California: Sage Publications, 2005.

CARVALHO, C. L. **Pessoas com deficiência no ensino superior: percepções dos alunos**. Teses USP, 2015. Disponível em: < <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-04092015104118/publico/CristinaLinaresCintraCarvalhoCorrigida.pdf> > Acesso em 19 de maio de 2022.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais** (3º ed.). São Paulo: Atlas S.A, 1995.

GARCIA, R. A., ; BACARIN, A. S.; LEONARDO, N. S. **Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência.** 2018. Disponível em: < doi:<https://doi.org/10.1590/2175-3539/2018/035> > Acesso em 20 de Maio de 2022.

GARCIA, R. d. **Acessibilidade no ensino superior na perspectiva de alunos com deficiência: contribuições da psicologia escolar à luz da teoria histórico-cultural.** Raquel de Araújo Bomfim Garcia. -- Maringá, 2016. 149 f. : il. col., quadros, gráficos + anexo. Disponível em: < <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/3035> > Acesso em 25 de maio de 2022.

GIORGI, A. **Psicologia como ciência humana: uma abordagem de base fenomenológica.** Belo Horizonte: Interlivros. 1978.

HAAG, T. d. **Percepção docente dos efeitos do ruído sobre o ensino e aprendizagem nos anos finais do ensino fundamental.** Repositório UnB, 2020. Disponível em: < https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/38571/1/2020_TiagodeS%c3%a1Haag.pdf > Acesso em 20 de maio de 2022.

HUSSERL, E. **Investigações Lógicas: Prelogômenos à Lógica Pura** (1º ed., Vol. 1º). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior 2020: notas estatísticas.** Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/resultados-do-censo-da-educacao-superior-2020-disponiveis> > Acesso em 25 de Maio de 2022.

MARCONI, M. d; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica** (5ª ed.). São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, J.; BICUDO, M. A. **Pesquisa Qualitativa em Psicologia: Fundamentos e Recursos básicos** . educ., 1989.

MATTA, C. M.; LEBRÃO, S. M.; HELENO, M. G. **Adaptação, rendimento, evasão e vivências acadêmicas no ensino superior: revisão da literatura.** *Psicol. Esc. Educ.* 21, Scielo, 2017. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/pee/a/mJmJYN5QLBpBKVLmNLnfdp/?format=html&lang=pt> > Acesso em 20 de maio de 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Nações Unidas. Disponível em: < <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por> >. Acesso em 18 de maio de 2022.

PIVETA, E. M.; ALMEIDA, A. M.; SAITO, D. S.; ULBRICHT, V. R. **Desafios da Acessibilidade no Ensino Superior: Estudo de caso na Universidade de Aveiro**. Capes periódicos, 2016. Disponível em: < <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez54.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscaador-primo.html> > Acesso em 25 de Maio de 2022.

SAMPIERRI, R. H., COLLADO, C. F.; LUCIO, M. D. **Metodologia de Pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, E.; GONÇALVES, M.; RAMOS, I.; CASTRO, L.; LOMEIO, R. **Inclusão no Ensino Superior: Percepção dos estudantes com necessidades educativas especiais sobre o ingresso na Universidade**. Periódico Capes, 2015. Disponível em: < <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez54.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscaador-primo.html> > Acesso em 25 de Maio de 2022.

SASSAKI, R. K.. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos** (8ª ed.). Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SILVA, K. C. **Acessibilidade à Educação Superior Brasileira: O que Dizem os Estudantes com Deficiência**. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), 2016. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_3a30d6b664ba9002f00f9b4dcf81eccc > Acesso em 25 de Maio de 2022.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão nº. 48/2003**. Dispõe sobre os direitos acadêmicos de alunos regulares Portadores de Necessidades Especiais (PNEs) da UnB. Brasília, 2003. Disponível em: < http://www.acessibilidade.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=36&Itemid=708 > Acesso em 25 de maio de 2022.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Projeto Político Pedagógico Institucional**. Departamento de Palenjamento, Orçamento e Avaliação Institucional (DPO), Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <

https://dpo.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=72&Itemid=915 >
Acesso em 25 de Maio de 2022.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Relatórios de autoavaliação**. Comissão Própria de Autoavaliação, Universidade de Brasília, DF, 2018. Disponível em: <
https://www.cpa.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=433&Itemid=256 > Acesso em 25 de maio de 2022.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Plano de Desenvolvimento Institucional** . Departamento de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional (DPO), Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2018. Disponível em:
https://dpo.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=48&Itemid=874 >
Acesso em 24 de Maio de 2022.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Política de Acessibilidade da UnB** . Brasília, DF, 2018. Disponível em: <
http://acessibilidade.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=40&Itemid=712 >. Acesso em 24 de Maio de 2022.

APÊNDICE A

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS RESPONDENTES DA CONSULTA

Data	Gênero	Idade	Período	Público atendido pela DACES/DAC	Manifestação de interesse	TCLE	acesso ao e-mail	Riscos e benefícios	curso de graduação
10/6/2021 15:58:42	Feminino	30 a 40 anos	15º	outras	Sim	Sim	Sim	Não	Química licenciatura
10/8/2021 22:53:17	Feminino	20 a 30 anos	7º	outras	Não	Sim	Sim	Não	Engenharia Química
10/27/2021 11:35:49	Feminino	20 a 30 anos	8º	Pessoa com deficiência	Não	Sim	Sim	Sim	Língua de Sinais Brasileira/port
10/27/2021 11:38:16	Feminino	20 a 30 anos	8º	TEA	Sim	Sim	Sim	Sim	Ciências Contábeis e Atuariais
10/27/2021 11:39:41	Feminino	20 a 30 anos	11º	TFE	Sim	Sim	Sim	Sim	Ciências e econômicas
10/27/2021 0:00:00	Feminino	30 a 40 anos	6º	TFE	Sim	Sim	Sim	Sim	Fisioterapia
10/27/2021 11:40:20	Feminino	15 a 20 anos	3º	Pessoa com deficiência	Sim	Sim	Sim	Sim	Medicina
10/27/2021 11:54:27	Feminino	15 a 20 anos	3º	Pessoa com deficiência	Sim	Sim	Sim	Sim	Engenharia Aeroespacial
10/27/2021 12:05:41	Feminino	20 a 30 anos	4º	TEA	Sim	Sim	Sim	Sim	Economia
10/27/2021 12:44:08	Masculino	20 a 30 anos	7º	TFE	Sim	Sim	Sim	Sim	Computação
10/27/2021 12:46:58	Feminino	20 a 30 anos	7º	outras	Sim	Sim	Sim	Sim	Licenciatura em Química
10/27/2021 13:00:30	Feminino	30 a 40 anos	1º	Pessoa com deficiência	Sim	Sim	Sim	Sim	medicina
10/27/2021 13:06:11	Feminino	30 a 40 anos	12º	Pessoa com deficiência	Sim	Sim	Sim	Sim	Terapia Ocupacional
10/27/2021 14:14:50	Masculino	50 anos ou mais	4º	TFE	Sim	Sim	Sim	Sim	biotecnologia
10/27/2021 14:27:34	Feminino	20 a 30 anos	7º	Pessoa com deficiência	Sim	Sim	Sim	Sim	Língua de sinais brasileira/port
10/27/2021 15:03:39	Feminino	30 a 40 anos	7º	Pessoa com deficiência	Não	Sim	Sim	Sim	Gestão do agronegócios
10/27/2021 16:38:06	Feminino	30 a 40 anos	3º	Pessoa com deficiência	Sim	Sim	Sim	Sim	Doutorado em Antropologia
10/27/2021 17:44:41	Feminino	20 a 30 anos	7º	Pessoa com deficiência	Não	Não	Sim	Não	língua de sinais Brasileira
10/27/2021 18:59:43	Masculino	20 a 30 anos	1º	TEA	Sim	Sim	Sim	Sim	Comunicação social áudio visual
10/28/2021 12:59:01	Feminino	20 a 30 anos	6º	outras	Sim	Sim	Sim	Sim	Design
10/28/2021 15:39:50	Masculino	30 a 40 anos	1º	Pessoa com deficiência	Sim	Sim	Sim	Sim	Educação Física

APÊNDICE B

QUADRO DETALHADO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

PARTICIPANTE	DATA	INÍCIO	TERMINO	PLATAFORMA	LOCAL DA TRANSMISSÃO
ENEE1	09/12/2021	14h:31	15h:14	Teams	UnB
ENEE2	08/12/2021	11h01	11h43	Teams	UnB
ENEE3	10/12/2021	16h:05	17h:20	Teams	UnB
ENEE4	15/12/2021	13h:13	14h:27	Teams	UnB
ENEE5	20/12/2021	20h:37	21h:17	Teams	Casa da Pesquisadora

APÊNDICE C
QUESTIONÁRIO CONSULTA AOS ESTUDANTES

Roteiro para o questionário de consulta aos estudantes com necessidades educacionais específicas, cadastrado na Diretoria de Acessibilidade DACES/DAC da Universidade de Brasília.

Informações gerais do Participante

1- Qual seu gênero?

Feminino ()

Masculino ()

Outros ()

2- Qual a sua idade?

15 a 20 () 20 a 30 () 30 a 40 () 50 ou mais ()

3- Qual período está cursando na UnB? _____

4- Em que tipo de público atendido pela Diretoria de Acessibilidade-DACES/DAC, você está classificado?

Pessoa com deficiência ()

Pessoas com transtornos de Espectro Autista-TEA ()

Pessoa com Altas Habilidades e Superdotação - ()

Pessoas com Transtornos Funcionais Específicos- TFE ()

5- Você tem interesse em participar de uma entrevista semiestruturada, via remota, pela plataforma Teams do office 365, com registro de áudio, para coleta de dados do projeto de investigação proposto?

Sim () Não ()

6- Você está ciente da necessidade de preenchimento e assinatura no termo de consentimento livre e esclarecido?

Sim () Não ()

7- Você está de acordo do fornecimento do seu e-mail para a pesquisadora?

Sim () Não () Endereço do e-mail:

8- Você está ciente dos possíveis riscos e benefícios da sua participação no projeto de Investigação?

Sim () Não ()

9- Você está ciente que poderá se recusar a responder alguma pergunta que não julgar pertinente ou desistir da entrevista a qualquer momento?

Sim () Não ()

9- Você tem necessidade de um acompanhante no momento da entrevista?

Sim () Não ()

APÊNDICE D
ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Data: ____ / ____ / ____

Hora: ____ : ____ h

Local: _____

Informações sobre participantes

Nome: _____ Idade: _____ Gênero: _____

Tipo de deficiência: _____ Período da graduação: _____

Características da entrevista: A entrevistas serão gravadas, via remota, individuais, de caráter confidencial e preservada a identidade do participante, receberá uma identidade fictícia.

Perguntas por tópicos:

EIXO 1 - Inclusão e sugestões para melhoria da acessibilidade: condições para maior visibilidade dos ENEE's e sugestões de melhorias para serem implementadas na UnB.

- 1- Como você se posiciona em relação as ações que permitiriam possibilitar maior visibilidade para os estudantes com necessidades educacionais específicas, no espaço da UnB

EIXO 2 - Ensino e aprendizagem: acessibilidade nos espaços acadêmicos e no acompanhamento da vida acadêmica dos ENEE's.

- 1- Como você se posiciona em relação a interação entre professores, alunos e técnicos administrativos, na UnB, entre aos estudantes com necessidades educacionais específicas?
- 2- Como você se posiciona quanto a capacitação dos técnicos administrativos, professores, em relação a ações inclusivas?

EIXO 3 - Barreiras: impacto das barreiras físicas e de mobilidade no percurso acadêmico.

- 1- As condições arquitetônicas da UnB, oferece uma acessibilidade confortável aos estudantes com necessidades específica?

APÊNDICE E

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Inclusão e Acessibilidade na Universidade de Brasília, na Perspectiva de Estudantes com Necessidades Educacionais Específicas”, de responsabilidade de Wilma Miranda da Cruz estudante de mestrado profissional da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é: desvelar a percepção que os estudantes com necessidades educacionais específicas têm sobre as condições de acessibilidade e de mobilidade na Universidade de Brasília, campus Darcy Ribeiro oferece no intuito de promover a inclusão de estudantes com necessidades específicas.

Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade em cooperar com esta pesquisa. Para tanto, você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa. Asseguro-lhe que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação, tais como: questionários, entrevistas, fitas de gravação, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevista semiestruturada, no formato remoto, pela plataforma Teams, com gravação de áudio. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Os possíveis riscos identificados pela pesquisadora, por sua participação na pesquisa, estão relacionados às questões psicológicas, física, comunicação e técnicas. Para minimizá-los a pesquisadora pretende ser bastante assertiva na comunicação, deixando o participante à vontade para responder de forma confortável; disponibilizar equipamentos, caso seja necessário; oferecer orientações e tutorial para o uso da plataforma; disponibilizar suporte técnico, se necessário; e fazer mais de uma cópia de segurança dos arquivos, em software externo da pesquisadora. Além disso, o pesquisador assume quaisquer custos relacionados ao material necessário para a realização da entrevista. Espera-se com esta pesquisa colaborar com a construção do processo inclusivo de estudantes com necessidades educacionais específicas na Universidade de Brasília.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício, sendo o possível ao respondente recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. Acrescenta-se que a recusa em participar não irá acarretar quaisquer penalidades ou perdas de benefícios.

Caso tenha quaisquer dúvidas em relação à pesquisa, você pode me contatar por meio do telefone 61 9 92691191 ou pelos e-mails wilmicruz@gmail.com e wilmacruz@unb.br.

A pesquisadora garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes, via e-mail, e ainda será solicitada ampla divulgação pela Diretoria de Acessibilidade-DACES-UnB para todos os estudantes com deficiência da UnB.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br ou pelo telefone: (61) 3107 1592.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com você.

Assinatura do/da participante

Assinatura do/da pesquisador/a

Brasília, ____ de _____ de _____.

ANEXO I

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -UNB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Inclusão e Acessibilidade na Universidade de Brasília, na Perspectiva de Estudantes com Necessidades Específicas.

Pesquisador: WILMA MIRANDA DA CRUZ

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 51193921.7.0000.5540

Instituição Proponente: Faculdade de Educação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.005.226

Apresentação do Projeto:

Foi apresentada para apreciação ética uma nova submissão da pesquisa "Inclusão e acessibilidade na Universidade de Brasília, na perspectiva de alunos com necessidades específicas.

Esta nova versão é baseada no parecer 4.964.267

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Desvelar a percepção do estudante com necessidades específicas no que tange à acessibilidade e à inclusão social no Instituto de Química/UnB.

Objetivo Secundário:

A) Identificar as principais barreiras apontadas por estudantes com necessidades específicas, como atitudes e comportamentos que causam impacto, implícita ou explicitamente, no cotidiano da convivência universitária em relação à comunidade acadêmica da UnB;

B) Investigar os principais obstáculos de acessibilidade e mobilidade apontados por estudantes com necessidades específicas, que limitam a sua participação inclusiva em relação às atividades ligadas

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE CEP: 70.910-900
UF: DF Município: BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1592 E-mail: cep_chs@unb.br

Continuação do Parecer: 5.005.226

a aprendizagem;

c)Elaborar nota técnica, a partir da percepção de estudantes com necessidades educacionais específicas, sobre as principais barreiras de acessibilidade e mobilidade identificadas, no projeto de investigação

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Em relação aos riscos estaria relacionado às questões Psicológicas, Física, Comunicação e Técnicas, a saber:

i) As psicológicas estariam relacionadas à situação emocionais de alguns participantes da investigação, onde poderia apresentar diante do relembrar da sua história de vida;

ii) O físico estaria relacionado à estrutura, equipamento e instrumento que poderiam ser utilizado no momento da entrevista;

iii) A comunicação está relacionada à dificuldade de estabelecer uma interação efetiva e uma comunicação assertiva entre o participante e o pesquisador, como também dos recursos de acessibilidade virtual; e

iv) A técnica está relacionado com a falha nos equipamentos, queda da internet, inexperiência no uso da plataforma, e ou vazamento de dados, dentre outras. No entanto, na expectativa de minimizar os riscos, a pesquisadora adotará algumas formas de atuação como: ser bastante assertiva na comunicação, deixar o participante a vontade para falar o que sentir-se confortável, disponibilizar equipamentos, se for o caso, oferecer orientações e tutorial para o uso da plataforma, disponibilizar suporte técnico, se for o caso, e fazer mais de uma cópia de segurança, em software externo na expectativa que se alcance o resultado final da pesquisa.

Benefícios:

Em relação aos benefícios da pesquisa, seria possível encontrar uma recompensa na possibilidade

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE CEP: 70.910-900
UF: DF Município: BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 E-mail: cep_chs@unb.br

Continuação do Parecer: 5.005.226

que o questionar oferece diante da probabilidade de transformar as lembranças dos participantes da investigação em trajetória de superação resiliente das condições de acessibilidade e mobilidade que o espaço de aprendizagem ofereceu ao longo do processo educacional.

Em adição a isso, também possui a facilidade do acesso ao participante, sem oferecer risco de contaminação, preocupação e cuidado fundamentais no atual contexto pandêmico.

Dessa forma optou-se pelo uso de uma diversidade de recursos tecnológicos que possibilite a realização da investigação, como: celular, tablet, notebook, computador, possibilitando a realização da entrevista em qualquer ambiente físico que possua internet.

Como a disponibilização de recursos de acessibilidade virtual, para todo tipo de comunicação. A garantia de anonimato do participante dentro dos procedimentos éticos, previsto Resolução CNS n. 466, de 12 de dezembro de 2012 e nas orientações para procedimentos em pesquisa com qualquer etapa em ambiente virtual, Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS.

E, por fim, a facilidade de armazenamento de dados, podendo ser arquivados imediatamente após o término da entrevista, além de oportunizar ao estudante expressar sua percepção sobre o processo inclusivo no espaço universitário.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto de pesquisa está em acordo com as resoluções CNS 466/2012, 510/2016 e complementares.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O pesquisador forneceu todos os termos de apresentação obrigatória e justificou a ausência do Termo de Assentimento.

Recomendações:

A pesquisadora deve atentar-se aos relatórios (parcial e final) que deverão ser inseridos na Plataforma Brasil durante e após a realização desta pesquisa, em seus prazos.

Os modelos de relatórios parcial e final encontra-se na página do Comitê de Ética em Pesquisa das Ciências Humanas e Sociais da UnB

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Pesquisa Aprovada.

Continuação do Parecer: 5.005.226

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1808523.pdf	23/09/2021 15:17:30		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Versao_final_Wilma.pdf	23/09/2021 15:16:54	WILMA MIRANDA DA CRUZ	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Wilma.pdf	23/09/2021 15:10:09	WILMA MIRANDA DA CRUZ	Aceito
Outros	Carta_RespostaCEP_Wilma.pdf	23/09/2021 15:08:33	WILMA MIRANDA DA CRUZ	Aceito
Outros	Carta_Revisao_Wilma.pdf	23/09/2021 15:07:50	WILMA MIRANDA DA CRUZ	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	CARTA_ENCAMINHAMENTO_Wilma.pdf	23/09/2021 15:07:00	WILMA MIRANDA DA CRUZ	Aceito
Outros	QuestionarioConsulta_Wilma.pdf	23/09/2021 15:05:21	WILMA MIRANDA DA CRUZ	Aceito
Cronograma	Cronograma_Wilma.pdf	23/09/2021 14:56:23	WILMA MIRANDA DA CRUZ	Aceito
Outros	curriculo_wilma.pdf	19/08/2021 11:24:29	WILMA MIRANDA DA CRUZ	Aceito
Folha de Rosto	FOLHAd Rosto_Wilma.pdf	17/08/2021 08:25:54	WILMA MIRANDA DA CRUZ	Aceito
Outros	ROTEIRO_ENTREVISTA_Wilma.pdf	16/08/2021 21:09:30	WILMA MIRANDA DA CRUZ	Aceito
Orçamento	DETALHAMENTOORCAMENTO_FINANCEIRO_WILMA.pdf	16/08/2021 21:07:51	WILMA MIRANDA DA CRUZ	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	carta_aceite_Institucional_WILMA.pdf	16/08/2021 21:06:47	WILMA MIRANDA DA CRUZ	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE CEP: 70.910-900
UF: DF Município: BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1592 E-mail: cep_chs@unb.br

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -UNB



Continuação do Parecer: 5.005.226

BRASILIA, 29 de Setembro de 2021

Assinado por:
ANDRE VON BORRIES LOPES
(Coordenador(a))

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Declaro que a presente Dissertação é original, elaborada especialmente para esse fim, não sendo apresentada para obtenção de qualquer título e que identifico e cito devidamente todas as autoras e todos os autores que contribuíram para o trabalho, bem como as contribuições oriundas de outras publicações de minha autoria.

Declaro está ciente de que cópia ou o plágio podem gerar responsabilidade civil, criminal e disciplinar consistindo em grave violação à ética acadêmica.

Brasília, 14 de junho de 2022.



Programa de Pós-graduação em Educação-Modalidade Profissional-PPGE-MP

Wilma Miranda da Cruz

Inclusão e Acessibilidade na Universidade de Brasília na Perspectiva de Estudantes com Necessidades Educacionais

Nível: Mestrado

Orientador: prof. Dr. Eduardo Olivio Ravagni Nicolini